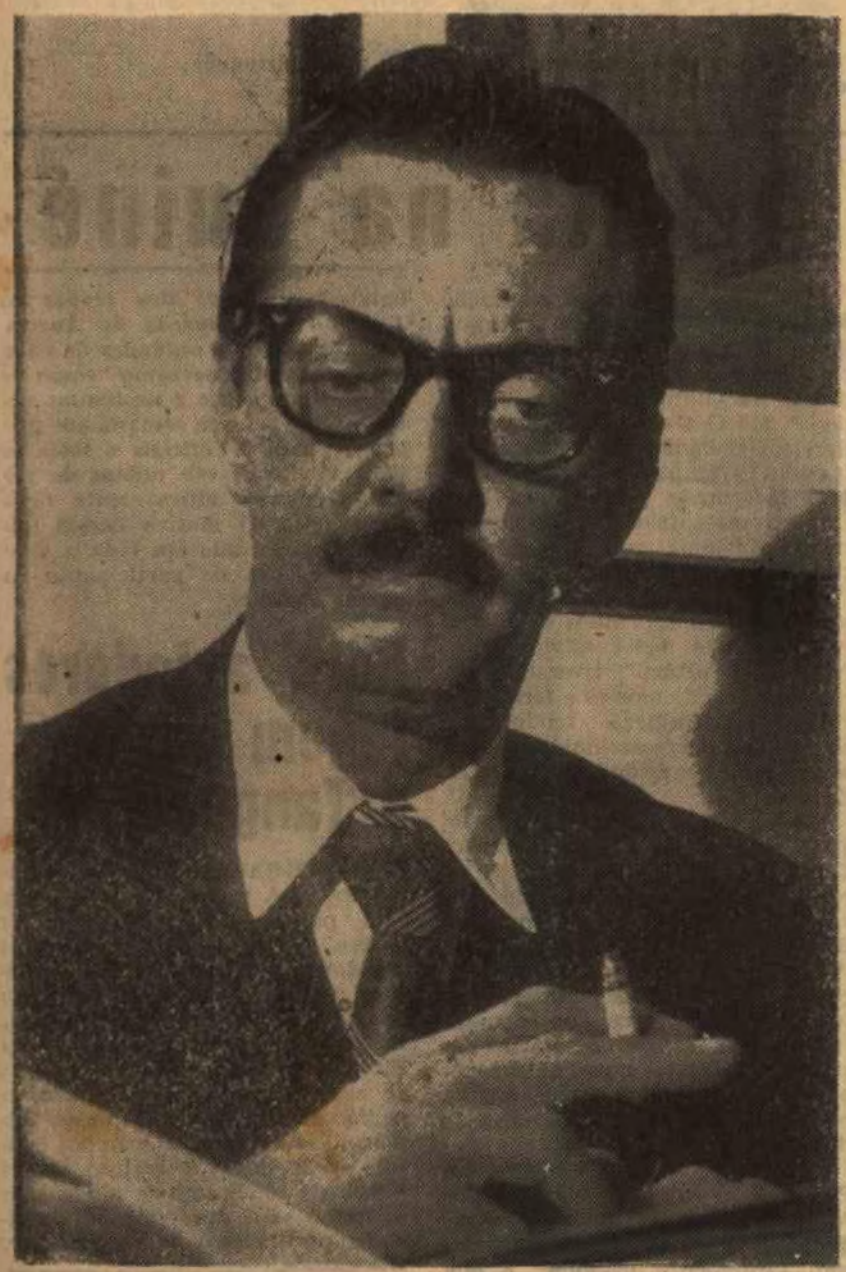
PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.o 70 — S. PAULO, ABRL DE 1963 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.o 4.469

Salazar tem do mundo uma concepção medieval!



- Declara Janio Quadros a PORTUGAL DEMOCRATICO

Fiel à sua tradição mistificadora, o "Diário da Manhã" pretendeu recentemente envolver o nome do sr. Janio Quadros, ex-presidente da República do Brasil, numa escusa manobra política (v. pág. 2). Reagindo à intriga, o conhecido homem público desmentiu as atoardas do pasquim fascista e atacou publicamente Salazar, colocando-se ao lado do povo português na sua luta libertadora. PORTUGAL DEMOCRÁTICO procurou então o sr. Janio Quadros, obtendo dêle uma expressiva saudação ao povo de Portugal (pág. 2) e a entrevista que abaixo reproduzimos e que, pela sua importância como documento político, foi já parcialmente divulgada — com o nosso consentimento — pela imprensa brasileira e internacional.

UMA FAZENDA DIVIDIDA ENTRE CEM FAMILIAS

PERGUNTA — Quando V. Excia. em 1960, esteve em Lisboa, na qualidade de Presidente eleito do Brasil, recusou avistar-se com o sr. Oliveira Salazar. Êsse gesto foi muito apreciado pelo povo português. O que o motivou? No que se refere à conjuntura política, econômica e social do País que impressões colheu durante essa estada em Portugal?

RESPOSTA — Sempre fui adversário das ditaduras. Durante a campanha que precedeu minha eleição afirmei repetidamente que, se escolhido pelo povo, não pactuaria com nenhum regime totalitário. Na primeira entrevista coletiva que mantive com a imprensa após o pleito de Outubro de 1960 reafirmei essa posição, citando notadamente as ditaduras ibéricas em resposta a uma pergunta. Em Lisboa, ao negar-me a manter contatos com as autoridades fascistas, fui apenas coerente. Seria inimaginável que o presidente eleito desmentisse pela sua conduta as palavras do candidato.

A minha estada em Portugal foi muito agradavel. Como brasileiro, já o disse, sou também português. O prazer que sinto sempre que me encontro na mãe-pátria não é, contudo, isento de um sentimento de tristeza. Os males decorrentes de 36 anos de uma ditadura cruel e obscurantista são demasiado visíveis para que a sua contemplação me deixe indiferente. Por incrível que isso pareça a certos brasileiros eu me sentia em qualquer cidade portuguesa, especialmente no Porto, rodeado de tanto ou mais carinho do que na Vila Maria. E nada podia fazer por esse povo admirável! Mais de uma vez recordei a imágem de um jornal francês que apresentou o Portugal de Salazar como uma fazenda dividida entre cem familias.

O ITAMARATI E O PROBLEMA DOS ASILADOS

PERGUNTA — Que pensa V. Excia. de Salazar e da política portuguesa do Itamarati?

RESPOSTA — Minha formação democrática leva-me a repudiar o cesarismo. O dr. Oliveira Salazar está há mais de três decádas no poder, exercendo-o discricionáriamente. Tem do mundo e da problemática do Homem uma concepção que me parece absolutamente desatualizada, eu diria mesmo medieval. Admito que tenha sido um financista ilustre, mas não creio que tenha jamais servido aos interesses do povo português.

A política portuguesa do Itamarati volta a enfermar de fraquezas omissões e transigências que durante o meu breve mandato procurei eliminar. Prendem-nos ao povo de Portugal laços históricos muito íntimos; nenhuma política poderá destruí-los; mas sempre pensei que nenhuma atenção especial deveriamos ter para com o governo que infelicita esse grande povo. Uma das primeiras decisões que fui chamado a tomar, como Presidente da Republica do Brasil, foi a concessão de asilo político aos revolucionários do "Santa Maria". Hoje, o governo português permite-se opor uma negativa terminante a todas as diligências feitas pelo Itamarati para trazer para o Brasil os dez asilados que se encontram há mais de um ano em nossa Embaixada de Lisboa. Não compreendo a nossa passividade até porque em relação aos asilados cubanos o procedimento adotado foi bem outro.

A POLÍTICA AFRICANA

PERGUNTA — V. Excia. foi o criador da chamada "política africana do Brasil". Qual era o desenvolvimento previsto dessa política no tocante à posição brasileira diante do colonialismo português, e, mais concretamente, da guerra de Angola?

RESPOSTA — A política africana do Brasil era apenas uma consequência lógica da política de dignidade e independência que inaugurei no plano internacional, pondo termo a uma era de inadmissível submissão da diplomacia brasileira aos interesses de certos governos estrangeiros e de grandes monopólios instalados entre nós. No caso concreto do colonialismo de Salazar (e não de Portugal, porque o seu povo não deseja a miséria e a escravidão do trabalho forçado impostas a milhões de africanos) marquei desde a primeira hora, quando presidente, uma clara posição em favor da autodeterminação de Angola. Sei que estadistas eminentes como o presidente Sekou Touré, da Guiné, acharam insuficiente o que fizemos nesse campo. Os acontecimentos políticos nacionais não tardaram, entretanto, a demonstrar que as forças mais reacionárias do Brasil dispunham de um poder considerável e estavam dispostas a tudo para evitar no País as reformas de estrutura e mudanças impostas pelas necessidades do desenvolvimento nacional. No plano internacional — indissociável dos problemas internos — fui tão longe quanto as circunstâncias mo permitiam na intransigente defesa da autodeterminação de Cuba e Angola. Sei que Mário de Andrade, do Movimento Popular de Libertação de Angola pensa vir brevemente ao Brasil. Será para mim uma grata satisfação vê-lo e ouvi-lo. Só lastimo não estar hoje em condições de abrir — como era minha intenção — as universidades brasileiras aos patriotas angolanos, nossos irmãos, e auxiliar os duzentos mil angolanos que, segundo os jornais, definham nos campos de refugiados da República do Congo. O menos que as autoridades

(Conclui na Pag. 2)

Unidade e organização

Ao contrário do que poderá parecer a um observador superficial, o trimestre que acaba de findar assinalou um progresso apreciável no desenvolvimento da luta nacional contra o fascismo salazarista. Com efeito, clarificaram-se os horizontes e abriram-se novas perspectivas ao nosso povo no seu combate pela destruição da engrenagem que o oprime há quase 37 anos.

A importancia do trabalho em profundidade realizado pela Conferência das Fôrças Anti-Fascistas só agora começa a ser compreendida em escala nacional através da aplicação, necessàriamente lenta, das suas recomendações e resoluções. O reconhecimento de que a unidade entre tôdas as fôrças que combatem o regime é uma necessidade imprescindivel, imposta pelas condições em que se trava a luta, ganha dia a dia novas camadas da população, independentemente dos seus interêsses serem, por vêzes, contraditórios. E, de passiva que era, essa unidade tende a tornar-se cada vez mais activa. De outro lado, a resposta à pergunta O QUE FAZER PARA DERRUBAR O FASCISMO? não cria hoje os problemas que ainda recentemente colocava. A perspectiva do levantamento nacional deixou de ser um tema de discussão para se transformar num incentivo poderoso ao refôrço e à dinamização das tarefas organizativas. UNIDADE E ORGANIZAÇÃO, atingindo formas cada vez mais elevadas, geram as condições mais favoráveis para que o movimento de massas adquira uma expressão superior, capaz de, através das mais variadas ações ofensivas, esmagar o aparelho repressivo do fascismo.

Outra lição, para nós especialmente importante, da Conferência Anti-fascista de Dezembro é a de que — e os democratas portugueses espalhados pelo mundo não devem esquecê-la — importa ter sempre presente o fato de que a direção nacional da luta está em Portugal. Não significa isso que não seja de grande relevância o trabalho a realizar no Exterior. Pelo contrário. A responsabilidade da emigração política nunca foi tão grande. Impõe-se apenas compreender que a natureza do seu papel é complementar e, como tal, não pode deixar de se processar dentro das consignas gerais prescritas pela Junta Central de Acção Patriótica.

Não é apenas em Portugal que o desenvolvimento vitorioso da luta depende da unidade e da organização. O valor da ajuda que os nucleos democráticos do Estrangeiro devem prestar aos que combatem no Interior pela Libertação do povo português será tanto maior e eficaz quanto os emigrados se mantiverem unidos e organizados. Essa deve ser uma preocupação permanente de todos os patriotas que se encontram no exílio.

PORTUGAL DEMOCRATICO

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191, C.P. 4469 — SP, Brasil

Janio Quadros

(Conclusão da Pág. 1)

brasileiras deveriam fazer por esses desgraçados seria enviar-lhes professores, leite e medicamentos.

DEFESA DA UNIDADE

PERGUNTA — Como encara V. Excia. a política de unidade de todas as correntes políticas anti-salazaristas, defendida pela oposição democrática portuguesa e recentemente reafirmada na Conferência das Forças Anti-Fascistas, realizada em Dezembro passado, na Europa?

RESPOSTA — Vejo na unidade de todas as forças que combatem a ditadura portuguesa uma condição imprescindível ao êxito da luta que trava. No Brasil temos uma experiência bem dolorosa das consequencias do maccarthismo. Os "caçadores de feiticeiras" udenistas chegam aqui a abjeção de aplaudir com entusiasmo um embaixador estrangeiro que, depondo perante parlamentares de seu País se permite apontar a dedo os "comunistas" infiltrados no governo brasileiro. Se isto acontece no Brasil, não me é dificil imaginar ao que conduziria a discriminação ideológica se introduzida nas fileiras da oposição portuguesa em luta contra Salazar.

O LEVANTAMENTO NACIONAL

PERGUNTA — O levantamento nacional, isto é, a derrubada de Salazar e da oligarquia que o sustenta mediante uma insurreição popular é a solução para o problema português que encontra maior receptividade entre o povo.

Como encara V. Excia. o assunto?

RESPOSTA — Trata-se de um problema interno do povo português sobre o qual não me compete fazer qualquer pronunciamento. Aliás, devo confessar que não conheço suficientemente as condições objetivas existentes em Portugal para estar habilitado a ter uma idéia definida sobre a questão da derrubada da ditadura. Lembrarei apenas que uma insurreição popular não se verifica nunca apenas pelo fato de ser desejada. Ela produzir-se-á ou não de acordo com as vicissitudes de um processo dialético cuja evolução depende da organização e da maturidade revolucionária das massas. Meu coração de católico leva-me a não aceitar a violência como solução. Mas como homem de centro-esquerda não acredito que Salazar entregue o poder por meios pacíficos.

REABERTURA DO TARRAFAL: CRIME CONTRA A HUMANIDADE

PERGUNTA — Salazar acaba de reabir o campo de concentração do Tarrafal, no Arquipelago de Cabo Verde. Que pensa V Excia. dessa decisão?

RESPOSTA — A reabertura do campo de concentração do Tarrafal pela ditadura portuguesa é um crime contra a humanidade. Através da imprensa brasileira tomei conhecimento dos horrores que, no passado, assinalaram tão trágicamente a existência do Tarrafal. Uma insignificante parcela desses crimes monstruosos bastaria para apontar um regime a execração da consciência universal. Sei que no Brasil está em curso uma grande campanha contra o gesto criminoso das autoridades salazaristas, gesto que nos traz à memória os nomes de Belsen, Aushwitz e Buchenwald. A essa campanha me associo, como cristão, como democrata, e como português que me sinto.

Desmentindo uma atoarda

Condenando frontalmente o fascismo salazarista em telegrama enviado ao "Diário da Manhã", o ex-presidente Janio Quadros desmascarou uma manobra urdida por aquele pasquim e que visava apresentar o conhecido homem público brasileiro como arrependido de não haver apoiado a ditadura de Salazar e, particularmente, as suas teses colonialistas. A imprensa salazarista do Brasil, estipendiada pela embaixada, mordeu imediatamente a isca do D. M., acreditando na veracidade das declarações atribuídas ao sr. Janio Quadros sôbre o seu "arrependimento" como adversário do fascismo português. Daí a grande publicidade feita em torno do assunto, mas daí também a imediata reação do interessado.

O telegrama endereçado pelo sr. Janio Quadros ao "Diário da Manhã" é de uma clareza que dispensa comentários: "Li em nossa imprensa que êsse jornal me atribuiu declarações, manifestando arrependimento pela minha conduta, quando na presidencia da Republica, em relação a Portugal e seus interesses. Tais declarações inexistem. Não as fiz, nem as farei. Não tenho do que arrepender-me, e só com o que felicitar-me. Brasileiro, sou português também, e me repugnava e repugna a ditadura cruel que afronta os portugueses e escraviza e explora numerosas e miseráveis comunidades africanas. Porque filho afetivo e espiritual de Portugal, combati e combato os seus tiranos".

Por intermédio de "Portugal Democrático", saudo o Povo de Portugal, na certeza de que se aproxima a hora da sua libertação do jugo cruel que o oprime. Brasileiro e por isso, português, antevejo a alvorada das liberdades, na Mãe Pátria!

20-3-63 = Quadros =

"Fac-simile" da saudação endereçada pelo sr. Janio Quadros ao povo português por intermédio do nosso jornal.

Sem solução o caso dos asilados

Não obstante a opinião publica brasileira ter manifestado já em diversos ensejos a sua impaciencia diante do "impasse" criado pela demora de uma solução honrosa para o caso dos asilados portugueses que se acolheram à proteção da Embaixada do Brasil em Lisboa, o caso persiste no mesmo pé, isto é, praticamente esquecido. Com a recente vinda para o Brasil dos contra-revolucionarios cubanos refugiados na Embaixada de Havana criou-se mesmo uma estranha situação. Certos jornais, chamando a atenção das autoridades para o fato, apontam a dualidade de critérios do Itamarati, lamentando que o governo brasileiro não adote em face de Lisboa uma posição semelhante à que tomou para com Havana, e que se concretizou através do envio de um embaixador extraordinario que tinha por missão resolver urgentemente o problema.

Sobre o delicado assunto, o general Humberto Delgado dirigiu-se mais uma vez, ao chanceler Hermes Lima, salientando justamente o absurdo da situação criada pelo Itamarati ao trazer para o Brasil os asilados cubanos e permitir que o governo de Salazar mantenha na embaixada de Lisboa mais de uma dezena de portugueses, a quem as autoridades fascistas continuam recusando salvo-conduto e passaporte.

REAGE A IMPRENSA VENEZUELANA

Continua também sem solução o caso dos três elementos que se refugiaram há tempos na Embaixada da Venezuela em Lisboa, pedindo asilo político àquela República americana. Entre êsses asilados figura o antigo dirigente de organizações católicas Horacio Fernandes Gradim cuja permanência na sede da representação diplomática venezuelana data de fevereiro de 1960. É oportuno recordar que o govêrno venezuelano, concedeu o asilo imediatamente em qualquer dos três casos, notificando as autoridades portuguesas dessa sua atitude e exigindo delas a concessão dos salvo condutos necessários para que os refugiados em questão pudessem deixar o País. A resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi, como em outros casos semelhantes, uma negativa terminante.

Não é de estranhar que, decorridos dois anos, a opinião publica venezuelana venha manifestando de diversas formas a sua impaciencia em face do procedimento do govêrno fascista de Portugal. Recentemente, o jornal "El Nacional", um dos principais órgãos da imprensa de Caracas, dedicou ao problema um extenso artigo que termina com as seguintes palavras: "Tanto o Governo como a opinião publica precisam adoptar uma posição firme e decidida; de outro modo estaremos tolerando uma burla inaceitável que compromete gravemente a dignidade e o decoro da Republica".

O DIA DA MULHER

Comemorando esta data, a UNIÃO DE MULHERES PORTUGUESAS DO URUGUAI publicou e distribuiu largamente um apêlo à opinião pública mundial, do qual extractamos os seguintes passos:

"(...) No Dia Internacional da Mulher, nós, mulheres portuguesas que embora longe do nosso país não cessamos de lutar pela sua libertação, queremos prestar a nossa mais profunda homenagem aos nossos compatriotas que sofreram anos e anos de prisão por defenderem a liberdade e tambem àquelas que se viram privadas da razão da sua existência: seus queridos filhos.

A Mulher, que oferece à Humanidade a Vida, tem o dever e o direito de defendê-la!

Mulheres do Mundo inteiro: univos às vossas irmãs portuguesas para que os nossos filhos, irmãos e maridos não tenham de dar o seu sangue numa guerra colonial condenada pelo Povo Português!

Cidadãos livres: oferecei a vossa solidariedade à Causa Portuguesa enviando à ONU e à Presidencia do Governo de Portugal, em Lisboa, as vossas adesões à luta pela Anistia dos Presos e Exilados Políticos, pela liberdade de expressão e reunião para os portugueses e pela Paz em Angola."

O Brasil contra o colonialismo

Temos reconhecido e continuaremos a reconhecer o direito à independência de todos os povos coloniais e a obrigação das Potências administrantes de acelerarem os preparativos para a autodeterminação e a independência, inclusive de Angola e demais territórios ultramarinos de Portugal, bem como do Sudoeste Africano.

Presidente JOÃO GOULART, in (Mensagem ao Congresso 1963, pág. 161)

A Luta na Guiné

Perante a sistemática ocultação ou grave distorção, pelas autoridades e imprensa portuguesas, dos choques armados ocorridos últimamente na Guiné, é o Secretariado do P.A.I.G.C. que, através dos Serviços de Informação do Secretariado Permanente da C.O.N.C.P. tem informado a imprensa livre dos revezes sofridos recentemente, naquela colónia, pelas tropas portuguesas.

Assim, dois contingentes que haviam sido transportados de Bissau para Enxude, pelos navios "Formosa" e "Corubal", tiveram algumas dezenas de mortos e feridos na região de Quinara, tendo sido apreendida pelos nacionalistas uma importante quantidade de material de guerra.

Na 1.a quinzena de fevereiro foi feito prisioneiro o cap. Carreira Curto. E no mesmo período foram aprisionados 10 soldados, na região de Fulacunda, e apreendidos dois JEEPS e diverso material.

O recrudescimento das operações e as expedições punitivas efetuadas pelas tropas portuguesas trazem em constante alarme as populações civis, quer autóctones quer portuguesas, provocando a perda de colheitas e a paralização do comércio.

Finalmente — ainda segundo o P.A.I.G. — foram identificados vários oficiais e soldados espanhóis entre as tropas portuguesas, com fardamento nacional, o que pode levar à internacionalização do conflito, se o nosso povo, a opinião pública mundial e as instâncias internacionais não conseguirem rápidamente obter a cessação das hostilidades, na base do reconhecimento do direito dos guineenses à sua independencia.

Mal estar no exército em Angola

LUANDA (Do Correspondente) —Nos quartéis desta capital acentua-se o clima de indisciplina e de revolta contra a guerra. Apesar da imprensa local não publicar noticias sôbre as baixas ocorridas em combate, ninguém ignora que é muito elevado o número de soldados abatidos pelos guerrilheiros e que aumenta assustadoramente a cifra dos feridos e estropiados. Nas últimas três levas, seguiram para Lisboa quase 200 feridos.

Não é de admirar assim que uma Companhia se tenha recusado recentemente a partir para a zona de combate. O comandante, depois de tôda a espécie de ameaças sem resultado, abriu fogo e matou um soldado. A unidade manteve-se, porém, firme, recusando-se a partir, com a agravante de que os oficiais subalternos se solidarizaram com os soldados após o crime cometido pelo comandante. As prisões realizadas posteriormente só contribuiram para minar ainda mais o já baixissimo moral das tropas do Exército de ocupação de Angola. Até nas próprias unidades de paraquedistas, olhadas como "corpo de elite", o ambiente é de tensão, deteriorando-se cada semana que passa. O envio de oficiais e soldados para Portugal, sob ordem de prisão, tornou-se ultimamente facto corriqueiro. O motivo dessas prisões é comentado em tôda a cidade: a recusa de participação na guerra colonial.

Dois aviadores fogem para o Tanganika

DAR-ES-SALAM (Do correspondente) — A policia do Tanganika está procedendo a investigações acêrca dos antecedentes de dois aviadores portugueses que chegaram a esta capital num avião de combate da Fôrça Aérea Portuguesa que utilizaram para fugir de Moçambique. O gabinete reuniu-se especialmente para estudar o pedido de asilo político apresentado pelos dois aviadores: João dos Santos, de 27 anos; e Jacinto Soares Velso, de 25. Ignora-se ainda se o aparelho será devolvido às autoridades portuguesas de Moçambique.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DECLARAÇÃO

Os abaixo-assinados, ao mesmo tempo que proclamam a necessidade absoluta de uma frente única na luta contra o salazarismo e o fascismo em Portugal, tornam pública a sua decisão de abandonarem o Conselho de Redação de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, por não se considerarem em condições de exercer a responsabilidade que lhes cabia na definição de uma política comum para o jornal. Nestas condições, saudando a valorosa turma que o orientará e redigirá manifestam a sua intenção de continuar a prestar a PORTUGAL DEMOCRÁTICO a sua colaboração; e declaram que são e serão fiéis ao lema de que tôdas as correntes, sem discriminação alguma, devem ser chamadas à tarefa de derrubar o fascismo português e de salvar Portugal e o seu povo. Onde alguma discriminação fôr mantida, sempre a liberdade estará em perigo, e será traido o direito do povo português de decidir os seus destinos.

a) Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Paulo de Castro.

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ingressaram no Conselho de Redação de PORTUGAL DEMOCRÁTICO os nossos companheiros Augusto Aragão, Miguel Urbano Rodrigues e Bidarra da Fonseca.

Notas e comentarios

Ruina economica total

A repetida afirmação de que o fascismo está a conduzir Portugal para um desastre nacional sem precedentes na sua história, torna-se dia a dia mais evidente. Em todos os aspectos da vida nacional, do plano politico ao economico e social, o País atravessa as maiores dificuldades.

Com efeito, uma breve análise à balança comercial portuguesa, mostra claramente a crise que o País atravessa e a determinação de Salazar de manter inalterável a sua politica de entrega de Portugal aos monopólios nacionais e estrangeiros. Em fins de 1962, a balança comercial, segundo os ultimos numeros oficiais publicados, apresentava-se com um "deficit" de 5.148.971 mil escudos, (14.478.682 mil escudos de importações contra exportações que se cifraram, apenas, em 9.329.711 mil escudos).

As trocas comerciais de Portugal com os países estrangeiros registraram, contudo, um "deficit" mais volumoso: precisamente no valor de 5.434.454 mil escudos, os quais foram reduzidos de 271.133 mil escudos resultantes dum saldo positivo do comércio da metropole com as colonias. Devemos salientar que o comercio com as colonias representa 12,5% do total das importações e 22,2% do total das exportações de mercadorias portuguesas.

Quanto ao comércio externo de Portugal com os países estrangeiros, o "deficit", já apontado, resulta da acumulação de 4.585.265 mil escudos com os países da O.E.C.E., para os quais o Mercado Comum contribuiu com ..... 3.042.304 mil escudos e o agrupamento da E.F.T.A. com ..... 1.517.836 mil escudos, e de 849.191 mil escudos com os restantes países não participantes da Organização Europeia de Cooperação Economica.

Verifica-se, pelos dados acima referidos que a politica economica salazarista, subordinada, durante mais de 3 décadas, a um artificioso equilibrio financeiro que tem como suportes principais o congelamento de salários — vale dizer, politica de fome para os trabalhadores portugueses — o estrangulamento da industria nacional e a exploração colonialista, conduziu o País à mais completa dependência dos monopólios estrangeiros.

Por outro lado, o enfeudamento do comércio externo a certas áreas monopolistas estrangeiras, torna claro para todos os portugueses que a politica de traição nacional praticada por Salazar e seus agentes, só lhes oferece um caminho.

O unico caminho que se abre hoje ao povo português para conquistar uma vida digna e mais próspera e verdadeiramente independente é o caminho da luta em todas as frentes — economica, social e politica — e sob todas as formas — legais, semi-legais e ilegais.

A. A.

Desacordo entre «cavalheiros»

Encontrando-se recentemente em Leopoldville, o Secretario de Estado norte-americano Adjunto para os Assuntos Africanos, Menen Williams, fez importantes declarações numa conferência de imprensa ali realizada, afirmando que o seu governo apoia o movimento de autodeterminação de Angola.

Entre as várias objurgatórias suscitadas por esta declaração nos meios salazaristas, é de destacar a intervenção pessoal do embaixador Teotónio Pereira junto do Secretário de Estado, Dean Rusk. Este teria declarado ao caixeiro viajante de Salazar que não recebera ainda o texto oficial das declarações de Williams, não podendo por isso pronunciar-se a respeito da matéria.

A atitude prudente do embaixador Teotonio, que se apressou a declarar não ter entregado nehum protesto formal a Dean Rusk, e a posição não menos prudente e sem dúvida mais ambígua deste último, ilustram perfeitamente a farsa da diplomacia falsamente arrogante de Salazar e as contradições e nesitações da política africana do Departamento de Estado perante as colónias de um Estado fascista como o português.

Mal iria aos democratas portugueses, como aos nacionalistas africanos, se tivessem de esperar das declarações norte-americanas a favor da liberdade e auto-determinação dos povos a verdadeira libertação das suas pátrias!

M. S.

Da «pacificação» à insubordinação

As últimas notícias recebidas da Guiné, de Angola e de Moçambique confirmam que no espírito dos soldados do exército colonial se está processando uma importante transformação. A maioria dêsses homens partiu para África sem uma idéia formada sobre à natureza exacta da missão a desempenhar e sem a menor noção da complexidade dos problemas decorrentes do choque entre o colonialismo fascista de Salazar e os movimentos nacionalistas dos vários territórios. A prática da guerra colonial em Angola e na Guiné — e "a defesa preventiva" das populações — em Moçambique — ensinaram muita coisa aos homens a quem o salazarismo confiou a tarefa de sufocar pela violência os anseios de liberdade dos africanos das chamadas "provincias ultramarinas". Hoje não são mais os militares ingénuos que, ao desembarcarem traziam a cabeça cheia das histórias inventadas pelos especialistas da guerra psicológica do Ministério da Defesa. Todos aprenderam já que a "pacificação" não passa de um mito.

São os próprios elementos do aparelho politico da ditadura que confessam o malogro completo da campanha repressiva. Em plena Reunião Extraordinária do Conselho Ultramarino (21-X-62) o eng. Antonio Garcia Castilhos não hesitou em declarar que "a extensão das zonas afectadas actualmente pelo terrorismo é quase igual à maior de sempre". Como na Argélia, a guerra apodreceu, transformou-se numa gangrena que não pode ser dominada pela "cirurgia" militar, mesmo quando esta atinge as proporções do genocídio. Êsse estado de coisas não escapa aos oficiais, aos sargentos, aos soldados. A guerra torna-se, dia a dia, mais impopular. Nos quartéis sucedem-se os atos de desobediencia; na zona da frente, os homens recusam-se a cumprir as missões de extermínio. Em Moçambique, dois aviadores fugiram para o Tanganika, num aparelho de combate da Fôrça Aerea. Entre os próprios paraquedistas são frequentes os casos de indisciplina. E ninguém ignora em Luanda e Bissau que, em cada barco saído para Lisboa, seguem sob prisão elementos do Exército. Hoje são dezenas; amanhã serão milhares.

A tomada de consciência leva a uma quebra da rígida disciplina fascista; desta à insubordinação declarada medeia um passo. Daí a imensa importância do apoio moral à recusa de combater dos soldados. É êsse um movimento em que todo o povo português se deve empenhar.

M.U.R.

MEDIDAS CONTRA PORTUGAL

Em carta datada de 22 de janeiro, o Secretário Geral das Nações Unidas, U Thant, chamou as atenções do Conselho de Segurança para a moção de 18 de Dezembro de 1962 aprovada pela Assembléia Geral, moção em que se condenava a politica portuguesa em Angola.

Na sua carta, U Thant chamava especialmente as atenções do Conselho de Segurança para um parágrafo daquela moção — o parágrafo em que se pede ao Conselho que tome as medidas necessárias, "incluindo sanções", para garantir que Portugal acabe por acatar a moção de 18 de Dezembro e as anteriores resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança.

Os observadores relacionam esta carta com os dois seguintes fatos:

— No dia 21 de janeiro (24 horas antes de U Thant dirigir a sua carta ao Conselho de Segurança) concluiam-se, com a entrada dos contingentes da ONUC em Kolwezi, as operações do Catanga;

— No dia 25 (3 dias depois de enviada a carta) anunciou-se que U Thant conferenciara demoradamente com o embaixador, Vieira Garin, delegado permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas.

Para esclarecimento dos nossos leitores publicamos a seguir a

DECLARAÇÃO SÔBRE A OUTORGA DA INDEPENDÊNCIA AOS PAÍSES E POVOS COLONIAIS (+)

A ASSEMBLEIA GERAL

CONSCIENTE de que os povos do Mundo se declararam, na Carta das Nações Unidas, resolvidos a proclamar de novo a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas, e a favorecer o progresso social e instaurar melhores condições de vida numa liberdade maior;

CONSCIENTE da necessidade de criar condições de estabilidade e de bem estar e relações pacíficas e amigáveis fundadas no respeito dos princípios da igualdade de direitos e da livre determinação de todos os povos, e de assegurar o respeito universal efetivo dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, de sexo, de lingua ou de religião;

RECONHECENDO o desejo ardente de liberdade de todos os povos dependentes e o papel decisivo destes povos na sua acessão à independência;

CONSCIENTE dos conflitos crescentes que determinam a recusa de liberdade a estes povos ou os obstaculos a ele postos, e que constituem uma grave ameaça à Paz mundial; (-|- -|-)

CONSIDERANDO o papel importante da Organização das Nações Unidas como meio de ajudar o movimento para a independencia nos territórios sob tutela e nos territórios não-autonomos;

RECONHECENDO que os povos do Mundo desejam ardentemente o fim do colonialismo em todas as suas manifestações; (-|- -|-)

CONVENCIDA de que a manutenção do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação economica internacional, entrava o desenvolvimento social, cultural e economico dos povos dependentes e contraria o ideal de Paz universal das Nações Unidas; (-|- -|-)

AIFRMANDO que os povos podem dispôr, para os seus próprios fins, das suas riquezas e recursos naturais, sem prejuizo das obrigações que decorrem da cooperação economica internacional, fundada sobre o principio da vantagem mútua e no direito internacional;

PERSUADIDA de que o processo de libertação é irresistível e irreversível e que, para evitar graves crises, é preciso pôr fim ao colonialismo e a todas as práticas de segregação e de discriminação de que se acompanha; (-|- -|-)

CONGRATULANDO-SE porque um grande número de territórios dependentes acederam à liberdade e à independência nos últimos anos e reconhecendo as tendências cada vez mais fortes no sentido da liberdade que se manifestam nos territorios que ainda não acederam à independência;

CONVENCIDA de que todos os povos têm um direito inalienável à plena liberdade, ao exercício da sua soberania e à integridade do seu território nacional; (-|- -|-)

PROCLAMA solenemente a necessidade de pôr fim, rápida e incondicionalmente, ao colonialismo, sob todas as suas formas e manifestações; (-|- -|-)

E, para este fim,

DECLARA O QUE SE SEGUE:

1. — A sujeição dos povos a uma subjugação, dominação e exploração estrangeiras constitui uma negação dos direitos fundamentais do Homem, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da Paz e da cooperação mundiais.

2. — Todos os povos têm direito à livre determinação; por força deste direito, determinar livremente o seu estatuto político e prosseguem livremente o seu desenvolvimento economico, social e cultural.

3. — A falta de preparação nos domínios político, economico, social ou do ensino não deve nunca ser tomada como pretexto para retardar a independência. (-|- -|-)

4. — Será posto fim a toda a ação armada e a toda a medida de repressão, seja de que espécie fôr, dirigidas contra os povos dependentes, a fim de permitir a estes povos o exercício pacífico e livre do seu direito à independência completa, respeitando-se a integridade do seu território. (-|- -|-)

5. — Serão tomadas medidas imediatas nos territorios sob tutela, nos territórios não autonomos e em todos os outros territórios que ainda não acederam à independência, com vista à transferência de todos os poderes aos povos destes territórios, sem nenhuma condição ou reserva, de acôrdo com a sua vontade e votos livremente expressos, sem qualquer distinção de raça, crença ou côr, a fim de se lhes permitir gozar de uma independência e liberdade completas.

6. — Toda a tentativa visando destruir parcial ou totalmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os fins e principios da Carta das Nações Unidas.

7. — Todos os Estados devem observar fiel e estritamente as disposições da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da presente Declaração, sobre a base da igualdade, da não intervenção nos assuntos internos dos Estados, do respeito pelos direitos soberanos e pela integridade territorial de todos os países. (-|- -|-)

(-|-) Esta Declaração é a Resolução 1514 da Assembleia Geral da O.N.U. adotada no decurso da sua XV Sessão, a 14 de Dezembro de 1960, por unanimidade, já que nenhum Estado, nem mesmo Portugal, ousou votar contra ela.

(-|- -|-) Os grifos é claro, são nossos.

HITLER 30 ANOS MAIS TARDE
"Um grande livro" — Tribuna da Imprensa.

A RESISTÊNCIA EM PORTUGAL
"É preciso ser lido" — Revista Brasiliense.

SALAZAR VISTO DO BRASIL
"Preenche uma lacuna no panorama editorial brasileiro" — Anhembi.

A VERDADE E O MITO DO SALAZARISMO
"A consciência cristã contra Salazar" — Semanário.

ANGOLA ATRAVÉS DOS TEXTOS
"Um livro de grande atualidade" — Fôlha de São Paulo.

Três notas para a libertação

MANUEL SERTÓRIO

—I—

É sabido como a esperança numa intervenção das potências ocidentais, capaz de levar à derrubada do salazarismo ou pelo menos à sua liberalização, se tem mostrado, ao longo de tantos anos, não só errada como prejudicial para a organização e a ação anti-fascistas.

A política exterior das grandes potências (e até a das pequenas, como terá, inclusive, de suceder com Portugal democrático de amanhã) não se faz com sentimentalismos, pois cada vez pesam menos os sentimentos de simpatia ou antipatia ideológica para com os regimes dos outros países.

As potências ocidentais nada fizeram, nada fazem e nada farão para apressar a derrubada do salazarismo, porque os seus interesses económicos e militares são defendidos em Portugal pelo governo de Salazar melhor do que o seriam por qualquer outro governo português, por mais conservador que ele fosse.

Esta é a única realidade a considerar, e a atestá-lo aí está a penetração cada vez mais profunda dos monopólios ocidentais na economia portuguesa.

Trinta e três empresas estrangeiras foram fundadas em Portugal apenas nos dez primeiros meses do ano passado, abrangendo os setores téxtil, químico, metalúrgico, automobilístico, farmacêutico e outros ramos menos importantes. Todos os grandes trabalhos públicos, em curso ou em projeto, como a ponte sobre o Tejo e a proclamada irrigação do Alentejo, são ou serão realizados sob impulso e contrôle do capital estrangeiro, da R. F. Alemã e dos Estados Unidos em primeiro lugar. Os empréstimos exteriores elevaram-se em 1961 a 3,6 milhões de contos e em 1962 ultrapassaram este montante. O almirante Sousa Uva esteve há poucos meses na Alemanha Ocidental para negociar a cessão de bases militares a este país e o ex-ministro da Defêsa alemão, o famoso F. J. Strauss, não foi a Lisboa tratar de outra coisa. As bases que se encontram instaladas nos Açores continuarão a pertencer aos norte-americanos, e disso nunca tiveram dúvida nem estes nem Salazar.

Pode Salazar dar a impressão de levar a sério as palavras que por vezes são pronunciadas contra ele nas chancelarias ocidentais e na ONU. Mas não podem os anti-fascistas portugueses acreditar nessas palavras nem devem, sequer, dar a impressão de que isso sucede.

Quando, há poucas semanas, o chefe do governo argelino, Ben Bella, inaugurou em Argel a representação do M.P.L.A., disse: "Os nossos irmãos angolanos não têm necessidade de palavras piedosas, mas necessidade de armas e de dinheiro". De fato, nem os angolanos nem qualquer outro povo subjugado pelo fascismo verão a sua luta de libertação favorecida por palavras piedosas. Tambem essas palavras, portanto, não aproveitarão ao povo português, sejam elas pronunciadas em que língua forem.

Ninguem pode lastimar mais a sorte do nosso povo, do que o nosso próprio povo. A ele, e apenas a ele, cabe, por consequência, a tarefa de libertar-se do fascismo salazarista.

—II—

Outro mito que desde há muito prejudica a organização e a ação anti-fascistas em Portugal é o de que tão graves desinteligências minariam as fileiras salazaristas que o regime se decomporia por si só dando de presente ao povo português a sua final libertação.

E' indiscutivel que essas desinteligencias só têm aumentado nos últimos anos, como resultado das dificuldades com que o salazarismo cada vez mais se defronta e para as quais, aliás, muito têm contribuido as lutas populares pela libertação nacional. Desde há algum tempo, passaram a ouvir-se na chamada Assembleia Nacional alguns discursos de "deputados" para lá nomeados, uns como representantes de Portugal e, outros, como representantes dos povos coloniais, flagelando alguns crimes mais gritantes do salazarismo. Personalidades marcantes do regime fascista tomaram com alguma frequência, nos últimos anos, posições ambíguas, de provisória desolidarização do governo. Outras, parecem ter sido castigadas por atitudes menos confiantes no destino do salazarismo, ou são-no mesmo, como sucedeu ao general Vassalo e Silva, por não ter seguido, em Goa, as ordens suicidas de Salazar.

Nem sempre essas atitudes de parcial e temporária discordância deixam de ser sinceras e os castigos infligidos são sempre, certamente, destinados ao desencorajamento da crítica e da mínima independência pessoal por parte dos próprios partidários do mesmo credo anti-progressista.

Mas o que sucede é que todos os que, no fundo, pretendem impedir a democratização da sociedade portuguesa têm geralmente a noção suficientemente clara da necessidade de se manterem unidos em defesa das suas posições de classe, por vezes uma noção bem mais clara do que a dos democratas quanto à necessidade de, tambem eles, se manterem unidos para derrubarem o fascismo.

Aliás, ainda quando assim não fosse é preciso compreender que quem mantém o regime não são os "deputados" da Assembleia Nacional, nem dois ou três governadores coloniais, nem dois ou três ministros-títeres de Salazar, mas sim os interesses economicos dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais e os seus diretos representantes. Estes nunca foram, na maior parte das vezes, nem ministros, nem deputados, nem governadores e não precisam de o ser, para, de acôrdo com Salazar disporem dos homens necessários para esses cargos, mesmo tendo de vez em quando que substituí-los, num ritmo mais rápido do que antes sucedia.

Acreditar que o salazarismo se pudesse desagregar por si só seria, antes de mais, desprezar a consciência democrática do nosso povo. Porque ninguem melhor do que um povo espoliado como o português, de pão, de terra, de trabalho livre e de dignidade humana pode compreender e realizar o verdadeiro caminho da liberdade, que é o da conquista dela por todos os meios, por que todos são, em princípio, legítimos para esse fim.

—III—

Está dito e repetido que o povo português precisa de organização para libertar-se do fascismo.

Essa organização existe hoje: é a F.P.L.N.

Está tambem dito e repetido que o salazarismo só poderá ser derrubado por um choque violento e que a criação das condições em que esse choque será possível exige o prosseguimento de toda a espécie de ações legais, semi-legais e clandestinas. A F.P.L.N. não foi formada com outros objetivos.

Não se pode transferir, no entanto, para a F.P.L.N. as esperanças passivistas que alguns têm depositado na ação das potências ocidentais e outros nas desinteligencias entre os salazaristas. Se estas esperanças sempre estiveram destinadas à frustração, é porque sem a ação das massas populares e da sua vanguarda mais consciente e corajosa o derrubamento do fascismo não será possível no nosso país.

Ora, é precisamente a ação revolucionaria das massas populares e da sua vanguarda que terá de dinamizar a F.P.L.N., sem o que esta não seria mais do que uma simples bandeira, destinada, como outras, ao museu da Oposição.

Não poderia justificar-se, consequentemente, a atitude daqueles que esperem da simples criação da F.P.L.N. a solução do problema português. Esse êrro seria, pelo menos, tão importante como a idéia de que sem a F.P.L.N., o salazarismo poderia ser derrubado.

A F.P.L.N. é de todos os patriotas portugueses e exige a adesão ativa e o trabalho revolucionário de todos os patriotas, no interior como no estrangeiro.

E' bem evidente que no interior é que os quadros da Frente terão de desenvolver as ações ofensivas contra o fascismo. Mas esses quadros, por mais dinâmicos que sejam, não podem ficar isolados do resto do povo. E' preciso, ao contrário, que se encontrem cada vez mais ligados ao povo, recebendo dele todo o apoio necessário. E' preciso que o país inteiro seja a retaguarda defensiva das Js. A. P

Ora, essa retaguarda defensiva deve ser, naturalmente, prolongada até aos núcleos de democratas emigrados. Estes núcleos têm uma importante missão defronte de si, que é não só a mobilização da opinião pública local para formas de ajuda ativa à luta do povo português como a obtenção de auxílio material para a F.P.L.N. e sua Comissão Delegada.

Todos os núcleos de emigrados devem, portanto, quanto antes, lançar-se enérgicamente à execução desta dupla tarefa.

Em Paris

Comemoração do 31 de Janeiro

A data de 31 de Janeiro foi comemorada com um banquete promovido pelo COMITÉ PARA A DEFESA DAS LIBERDADES EM PORTUGAL ao qual compareceram 120 democratas portugueses.

Ladeando a escritora D. Maria Lamas, que presidiu ao banquete, encontravam-se o prof. Emidio Guerreiro, o prof. Victor Ramos, nosso companheiro de redação, dr. Piteira Santos dr. Antonio José Saraiva, eng.o Lopes Cardoso, dr. Ramos da Costa, os operários Vicente Campinas, Ferreira Rato, António Fernando Rosado e Júlio Inácio e o estudante Silas Cerqueira.

Fizeram uso da palavra a escritora D. Maria Lamas, o prof. Emidio Guerreiro, o dr. Antonio José Saraiva, Tomás Ferreira Rato, o dr. Ramos da Costa, Silas Cerqueira, dr. Piteira Santos e o operário Jesus.

Esta manifestação democrática decorreu em meio de grande animação e entusiasmo, verificando-se unanimidade de pontos de vista quanto aos problemas da Unidade para a derrubada de Salazar e sua camarilha.

Mereceu unânimes aplausos a leitura do documento emanado da Conferência de Forças Democráticas da Oposição Portuguesa realizada na Europa em dezembro último.

Foi observado um minuto de silencio em homenagem aos patriotas que tombaram vítimas do fascismo português, tendo a cerimonia sido encerrada com o Hino Nacional.

O homem fator revolucionário

J. LOPES MENDES

Em mais duma oportunidade temos defendido a necessidade de adequar as formas de luta da Oposição portuguesa às exigências da hora presente. Esta tese parte de vários pressupostos: admissão do ponto de vista de que se cometeram erros na condução da luta, tanto no passado remoto como no recente; crescente agudização da crise interna do regime; apogeu das lutas pela independencia dos povos coloniais sob a tutela de Portugal; consequencias da nova correlação de forças mundiais, favorável aos movimentos de libertação nacional democrática; e consolidação e desenvolvimento do movimento oposicionista português.

Mas nem por muito insistir nesta adequação ou revisão dos metodos de luta, deixamos de aplaudir e exaltar a justeza da orientação que se está atualmente imprimindo à conduçãodas lutas contra a ditadura. Os fatos demonstram — estão demonstrando-o de uma maneira incontrovertivel — que vamos trilhando o caminho indicado. A criação das Juntas de Ação Patriótica e todos os sucessos que agitaram o país durante a primeira metade do ano que transcorreu, são índice de que a Oposição portuguesa e os seus dirigentes estão manejando os problemas da Revolução com acerto e valentia, e de que o aventureirismo putchista, o personalismo e o legalismo foram definitivamente superados. Prova-o sobretudo a envergadura das lutas de massas e, em menor gráu, os progressos alcançados no campo da unidade combatente e da organização. Outro fator positivo é o franco reconhecimento, por parte da Oposição responsável, do direito à independência que têm os povos submetidos das colônias.

Longe de iludir ou subestimar estas evidências, mas partindo precisamente delas e do convencimento de que dimanam de uma apreciação justa da realidade, é que continuamos defendendo a adoção e aplicação de medidas operacionais e organizativas dentro de um prisma francamente revolucionário e insurrecional.

Se reconhecemos que, de uma forma geral, dominamos os problemas cardiais da revolução e da pratica da luta, retificando erros passados; se saudamos com regozijo as heróicas jornadas de Abril e Maio, a lucidez, a capacidade e o heroismo de muitos dirigentes e militantes, não é obrigatório, que êsse reconhecimento e aplauso nos iniba de pensar e sonhar, numa perspectiva de urgência e profundidade, em certas tarefas da Oposição referentes ao próprio fenomeno revolucionario.

É isto pecado?

Lenin disse algures que a faculdade de sonhar era uma faceta criadora e simpática de todo o verdadeiro militante revolucionário, sempre que êste não tomasse uma coisa por outra e se limitasse a dar a atividade e prática militantes aquela dose mínima de quimera que emana da própria luta e dum nobre ideal de redenção.

Vem isto a propósito de negarmos validade revolucionária à tendência a acreditar que o tempo resolverá tudo e trabalha a favor da Oposição, que Salazar cairá inevitavelmente empurrado por fatores de ordem objetiva quando cair Angola ou Franco, o que faz aqueles que assim pensam incorrer, nas piores deformações de um esquematismo fatalista. A nosso ver, é tão criticável pretender que as revoluções se decidam no papel ou em conluios secretos, à margem de condições objetivas determinantes e necessárias, ou que germinem e brotem por geração expontânea, como privar o revolucionário da sua condição de tal, da sua condição primária de criador e artífice principal do ato revolucionario.

Já não é possível afirmar, nesta altura dos acontecimentos, pelos pressupostos enumerados ao principio que não existem condições objetivas em Portugal para o derrubamento da ditadura ou que o povo não está maduro e preparado para a revolução; mas muito menos legítimo é pretender que essas condições objetivas são suficientes por si só para acabar com a tirania.

Daqui se infere que, agora, a nosso ver, mais que nunca a revolução portuguesa — a evolução e desenlace da revolução portuguesa — depende, sobretudo, da capacidade e destreza do fator humano, da organização, da estrategia da unidade, enfim: da condução lucida da luta por parte dos dirigentes dos quadros políticos, dos partidos, dos grupos, da oposição no seu conjunto.

O povo quer a Revolução Quer a Revolução a classe operária, condenada ao desemprego, a baixos salários, à miséria. Quer a revolução o camponês: o que trabalha na terra por um salário irrisório e o que dela tem uma ínfima parcela, cada vez mais reduzida. A classe-média arruinada; a burguesia nacional progressista, que os monopólios condenam ao estrangulamento; os estudantes e os intelectuais que vêem Portugal afundar-se no obscurantismo e no analfabetismo, no lodaçal de um ultramontanismo barato e infeto; os soldados e as mães e mulheres dos soldados que combatem e morrem em Angola, todos querem a revolução.

Existem todas as condições para o levantamento popular revolucionário. O movimento de independência nacional das colônias e a efervescência popular determinada pela crise interna; o reflexo e o exemplo dos movimentos de libertação de Asia, América e Africa, de Cuba e de Argélia; a simpatia e ajuda do mundo socialista para todos os movimentos de emancipação nacional e democrática, são fatores que golpeiam pelos quatro costados o arcabouço corroído do fascismo português. Todos êstes fatores contribuem diariamente para libertar a economia portuguesa dos monopólios estrangeiros, para quebar as barreiras institucionais e políticas impostas pela estrutura corporativo-fascista do Estado.

Compete aos grupos da Oposição que representem o nosso povo, aos dirigentes e aos ativistas políticos interpretar e encarnar os anseios do povo português criando formas de organização ageis e multiplas, planos estratégicos e táticos, que não só estejam perfeitamente enquadrados na natureza e no curso dos acontecimentos como possam imprimir direção consciente a êsses acontecimentos, extraindo dêles tôdas as vantagens possíveis e conduzindo-os ao seu desenlace natural, pelas vias menos penosas e longas. Como? Disso nos ocuparemos num próximo artigo.

Conferencia anti-fascista

Apesar de tôdas as precauções tomadas pela Censura e pela PIDE, alcançou a mais larga divulgação em Portugal o Comunicado elaborado pelos representantes das fôrças da Oposição Anti-Fascista Portuguesa após a Conferência que mantiveram algures na Europa, de 19 a 21 de dezembro. Milhares de exemplares mimeografados circulam,de mão em mão pelo País A "Rádio Portugal Livre", cujas emissões têm uma audiência cada vez mais considerável, também colaborou na difusão do importante documento, transmitindo o seu texto integral nos programas de 11, 12 e 13 de janeiro.

CARLOS ABOIM INGLÊS

Maria Isabel de Aboim Inglês

Acometida de uma embolia cerebral quando guiava o seu automóvel, faleceu no passado dia 8 de março, em Portugal, a grande patriota Maria Isabel de Aboim Inglês que, ao longo dos últimos vinte anos se afirmou permanentemente como uma das figuras mais destacadas na oposição ao fascismo de Salazar.

Antiga professora da Faculdade de Letras de Lisboa, Maria Isabel de Aboim Inglês não foi apenas aquilo a que vulgarmente se chama uma intelectual "engagé". Ao morrer, com 62 anos, conservava a coragem, a tenacidade e o amor da dignidade que aliados à sua inquebrantável confiança nas massas fizeramdela uma combatente excepcional na luta pela democracia e pela liberdade que se trava em Portugal. A lucidez da sua opção e a firmeza com que se lhe manteve fiel não podiam deixar de lhe acarretar no plano pessoal as maiores perseguições. Nenhuma a abalou, entretanto, na sua determinação de lutadora da causa democrática Expulsa da Universidade, fundou um Colégio. Fechado êste pelo Governo, passou a lecionar no ensino secundário. Proibida de exercer o magistério, encontrou sempre fôrças para desenvolver as suas atividades políticas normais, mantendo-se graças a recursos obtidos com trabalhos de costura.

Membro da Comissão Central do MUD, desempenhou um papel importante durante a campanha em prol da candidatura do general Norton Matos à presidência da República. Uma vez candidata a deputada pela Oposição democrática, a sua presença fez-se, contudo, sentir em todas as campanhas eleitorais desde 1945.

Maria Isabel de Aboim Inglês soube ainda ser uma mãe admirável, educando os filhos no culto dos ideais e valores a cuja defesa consagrou tôda a sua vida. Um dêles, Carlos Aboim Inglês, encontra-se presentemente na fortaleza de Caxias. Êsse drama pessoal em vez de lhe abalar o espírito de luta mais o fortaleceu. São suas as palavras que, a seguir transcrevemos, extraídas de uma carta enviada em 1960 ao presidente da República:

"Acontece sr. Presidente que os processos da polícia política são profundamente condenáveis porque revelam uma crueldade deshumana. Basta observar o que se passa na Fortaleza de Caxias. Aí são aplicados castigos que consistem em meter os presos políticos, durante dias e noites consecutivos, no "segredo", sem que sejam respeitadas as condições mais elementares indispensáveis a saúde e à vida. Êsses "segredos" são cárceres de dimensões extremamente exiguas, sem luz e sem ar, tendo como todo o mobiliário uma tábua de madeira a fazer as vêzes de cama e uma outra servindo de mesa. Aí, durante o inverno, a água escorre pelas paredes inundando o solo. Por vêzes, os prisioneiros ficam sem colchão e sem cobertores. Privam-nos de qualquer confôrto e até das encomendas enviadas pelas famílias. Vivem na sombra tendo como todo o alimento a péssima e pobre ração do presídio.

Em que cubículo foi encarcerado meu filho, Carlos Aboim Inglês, detido nessa fortaleza e submetido a êsse castigo? Não consigo informar-me. Quando tentei falar com o director da Prisão responderam-me sempre que o Sr. Director estava ausente ou que não tinha tempo para me receber".

(Conclui na Pág. 6)

Resultados económicos do dirigismo corporativo

Publicamos abaixo a conclusão do trabalho do conhecido democrata dr. Ramos da Costa sôbre a conjuntura econômica portuguesa:

1.o — Estagnação economica e social, com indices de sub-consumo e sub-técnica que caracterizam um sub-desenvolvimento economico, chocante quando comparado com os demais países europeus, como se verifica pela análise comparativa do PBN (Produto Nacional Bruto). (1) (2)

2.o — Escandalosa concentração da riqueza num grupo restrito de financeiros e industriais que possuem fortunas classificadas entre as maiores da Europa e que através de cinco bancos comerciais têm hipotecado a si toda a atividade economica do país, que progressivamente se vai endividando aos grandes **profiteurs** da política de multusianismo economico do regime salazarista. (3)

3.o — Níveis baixissimos de salários industriais e jornadas rurais e endividamento dos pequenos agricultores à agiotagem. (4)

4.o — Fuga para o estrangeiro da população válida, emigrando anualmente 40 a 50% do saldo demográfico.

5.o — Finalmente, destruição das reservas financeiras do país com a sangria duma guerra ultra-colonialista, cujos meios materiais de ação são na maioria de proveniencia estrangeira, dada a incapacidade da indústria nacional para os produzir. Ao contrário dos demais países imperialistas, a guerra colonial não funciona no caso português como motor da atividade economica, agrava o "deficit" cronico da balança comercial (5) e consequentemente da balança de pagamentos. (6)

6.o — A persistência de Salazar no poder tornou-se, na conjuntura atual nacional e internacional, um crime de lesa pátria e um perigo para a democracia europeia. O móbil da sua política não são objetivos superiores de interesse nacional mas tão somente o instinto da defesa própria e do bando mais comprometido nos crimes do fascismo corporativista português: a PIDE, a LEGIÃO PORTUGUESA e os ALTOS BUROCRATAS CORPORATIVOS, que temem abandonar, o poder porque sabem que o exerceram tirânicamente e sob a sua capa praticaram roubos e fraudes escandalosas e sentem por isso que não podem enfrentar de cabeça erguida a justiça do povo português. Entretanto, porém, torna-se cada vez mais irremediável o seu isolamento da nação. Processa-se neste momento a transformação duma hostilidade coletivamente branda, resultado da psicose do medo criada por um longo passado de alienações ao regime policial, numa ação progressivamente mais revolucionária em virtude da degradação economica e financeira do país. Só agora se começa a fazer justiça no estrangeiro ao longo sacrificio do povo português, porque o mundo quis ignorar os crimes do fascismo salazarista e acreditou na mentira posta a correr pelos seus arautos de que toda a oposição ao regime se limitava aos comunistas.

NOTAS AO ARTIGO

(1.o)... O total do PBN — Produto Nacional Bruto é de 2.278 milhões de dolares, o que dá 253 dolares per capita.

A sua origem por setores é a seguinte:

Agricultura	25.3%
Indústria e Comércio	40.4%
Serviços	34,3%

Estes números que nos colocam no fundo da escala europeia revelam que Portugal se isolou numa estagnação de miséria durante o surto de progresso econômico do após guerra, de que aproveitaram mesmo aqueles países que eram nossos habituais companheiros de subdesenvolvimento: a Grécia, a Espanha, etc. Apenas a Turquia apresenta o mesmo caracter patológico de estagnação. Os serviços de estatistica portugueses (INE) conceberam o estudo do Rendimento Nacional pela óptica da produção de preferência à óptica dos rendimentos pessoais, não se tornando assim, portanto evidente a distribuição proporcional dos rendimentos do capital e do trabalho; não se mostra com clareza quem tem sido os verdadeiros **profiteurs** do aumento do PBN. Porém, existem estudos parcelares feitos por unidades particulares e para-oficiais, onde se patenteia a distribuição do rendimento nacional com um resultado precisamente inverso dos países economicamente mais desenvolvidos, isto é, 2/3 para o capital e 1/3 para o trabalho.

Uma análise desenvolvida sobre a composição dos 2/3 do rendimento nacional atribuidos ao capital revelaria ainda extraordinárias desigualdades entre os setores ricos: bancos e indústrias privilegiadas por eles financiadas e os setores pobres das indústrias tradicionais. Mas o caso mais gritante é o abandono a que foi votada a agricultura, que ocupa 45% da população ativa e apenas participa no PBN com 25% do total. A agricultura foi completamente votada no abandono quanto a recursos de crédito e entregue à agiotagem e usura desenfreada tem-se endividado progressivamente; a produção, tomado o ano de 1947 por base, evoluiu como segue:

1947	100
1959	95,8
1961	100

Desta crise da agricultura resulta, como é óbvio, maior concentração dos latifúndios e reduz-se progressivamente o número dos proprietários que exploram diretamente a terra. Isto se evidencia através da estatistica dos lavradores cultores de trigo que recorreram ao crédito da CGD, que classificados em função do regime juridico da propriedade se distribuem do modo seguinte:

	1948-1949	1959-1960
Proprietários	49.6	44,2
Não proprietários	50.4	55.8

Da totalidade do crédito distribuido à produção em geral, pelos bancos e pelo Plano de Fomento, à agricultura cabe uma parcela insignificante: não chega a atingir 10%.

Os serviços de estatistica fornecem ainda em relação ao rendimento nacional elementos sobre a despeza: consumo público e privado que confirmam a degradação progressiva da capacidade consuntiva do povo português, como se verifica:

Taxa média do consumo nos periodos de	1953-1957	1957-1958
Consumo público	4.8	2
Consumo privado	5	0.9

Isto prova o retraimento da taxa de expansão do consumo, e particularmente do consumo privado.

(3.o) ... Ilustra-se o que afirmamos com uma ficha organizada com elementos retirados de relatório do maior banco comercial do país e que é também banco emissor para todo o Ultramar, com exceção de Angola: Trata-se do BNU cujo capital é de 200.000.000$00.

Vejamos como evoluiram os lucros paralelamente com o s encargos do pessoal, no último decénio:

Anos	Lucros ilíquidos	Encargos-pessoal	Percentagem
1952	220.686.000$00	76.453.000$00	35%
1955	292.606.000$00	106.834.000$00	36%
1958	384.519.000$00	142.834.000$00	37%
1961	631.347.000$00	187.511.000$00	30%

(4.o) ... O indice ponderado de salarios (Banco de Portugal) por profissões, na cidade de Lisboa, evoluiu de 100 em 1948 para 138,8 em 1961.

Em numeros absolutos vejamos os casos extremos dos salarios dum operário especializado: o eletricista e o dos trabalhadores não especializados:

	1948	1961
Eletricista	41$46	55$01
Trabalhador não especializado	25$84	37$20

Trata-se do salário da Capital que é o mais elevado do país. Na provincia, o salario rural impõe mesmo nas indústrias o nível medio porque o trabalhador industrial muitas vezes prefere um salario mais baixo, mas permanente, ao jogo da alta e da baixa da atividade agricola e, principalmente, precaver-se contra o desemprego estacional que lhe inutiliza em média 1/3 dos dias úteis.

Em janeiro de 1962 o Boletim Mensal de Estatistica dá os seguintes salários médios rurais (Distrito de Viseu):

Homens		Mulheres	
Adultos	Menores de 15 anos	Adultas	Menores de 15 anos
25$00	16$00	14$00	10$50

Como indicadores do nível de vida em Portugal, as estatisticas da O.E.C.E. dão os seguintes:

Calorias por habitante e por dia em 1957	2.460
Consumo de energia per capita (média dos países O.E.C.E.)	100
Portugal	15
Número de viaturas de turismo por 1.000 habitantes	12
Número de aparelhos de rádio por 1.000 habitantes	67
Taxa de analfabetismo da população	40,4%

(5.o) ... Evolução do saldo da Balança comercial:

Balança comercial em milhões de escudos

	1959	1960	1961
Importação	11.742	13.432	16.432
Exportação	5.937	7.002	7.297
Saldo	— 5.805	— 6.430	— 9.136

(6.o) ... A balança de pagamentos que mantivera altos saldos positivos até 1959, ano em que o saldo ainda foi positivo de 1.145 milhões de escudos, inverteu-se em 1960, apresentando pela primeira vez um saldo negativo de 174 milhões de escudos. Em 1961, um saldo negativo de 3.178 milhões de escudos.

Negrão de Lima e Angola

Da edição de 28 de fevereiro do jornal "Tribuna de Imprensa" transcrevemos a seguinte nota, assinada por Helio Fernandes, director daquele matutino carioca:

"O sr. Francisco Negrão de Lima, embaixador do Brasil em Portugal, fêz um relatório pessoal ao Itamarati sôbre a situação de Portugal. A revelação que mais impressionou a nossa chancelaria: as baixas cada vez mais terríveis do Exército português em Angola, e a tremenda repercussão dessas baixas sôbre o moral da tropa. Há quem acrescente que a situação é tão dramática que já se contam às centenas os casos de jovens portuguêses que fogem do país para não servir à ditadura de Salazar, em Angola."

Solidariedade italiana

De 11 a 18 de março teve lugar, em Roma, uma importante exposição de pintura que foi apresentada ao público como uma HOMENAGEM DOS PINTORES ITALIANOS À RESISTÊNCIA PORTUGUESA.

Setenta e dois artistas, representando todos os sectores da pintura italiana contemporânea, enviaram, em conjunto, mais de 100 obras à exposição, prestando, assim, a sua adesão à luta do povo português pela libertação.

O catálogo da exposição foi organizado pelo Prof. Giulio Carlo Argan, um dos críticos de arte contemporâneos mais conhecidos e acatados. São dêle estas palavras: "...O dever de solidariedade com os oprimidos e de protesto contra os opressores é especialmente imperativo para os homens de cultura. Quem ensina uma ciência ou pratica uma arte pretende, òbviamente, realizar os fins da ciência ou da arte e não pode admitir que a sua actividade seja impedida ou limitada pela autoridade politica e pelos seus órgãos executivos. Os regimes que negam a liberdade impedem, objectivamente, o progresso cultural e técnico nacional, subtraindo fôrças preciosas ao desenvolvimento da civilização. Assim sucede, infelizmente, em Portugal, onde um regime policial paraliza quási totalmente a actividade cultural, limitando de modo muito grave a liberdade de investigação e de ensino. Esta exposição, portanto, não é apenas um gesto de solidariedade e de protesto dos artistas italianos; é também um acto de sincera amizade para com os artistas e os homens de cultura portugueses e a expressão do desejo de podermos reencontrar com êles a cooperação que um regime policial torna hoje impossível. Aos companheiros de estudo e de investigação, aos trabalhadores portugueses, a todos quantos, combatendo pela liberdade própria, defendem a liberdade de todos os outros, queremos dizer que não só compartilhamos do seu sofrimento e admiramos a sua coragem, como também agradecemos a sua defesa da dignidade humana e a fé que a sua luta e o seu sacrifício enraízam em nós quanto aos valores e aos ideais da civilização".

A exposição foi mais um acto de expressa solidariedade à resistência portuguesa contra o regime fascista de Salazar promovido pelo **Comité Italiano para as Liberdades Democráticas em Portugal.** Franco Portone, do secretariado do Comité, foi quem, por isso, abriu o certame, tendo logo passado a palavra ao escritor Giancarlo Vigorelli, secretário da **Comunidade Européia de Escritores**, que anunciou destinar-se o produto da venda dos quadros expostos à F.P.L.N., recentemente constituida. Por fim, a artista lírica Elvy Lissiak declamou alguns textos de poetas portugueses inconformistas.

A inauguração da exposição contou com o melhor acolhimento por parte de tôda a imprensa romana. Durante os 8 dias em que esteve aberta, foi numerosíssimo o público que a ela ocorreu, tendo sido muitos os quadros vendidos.

Pela anistia e contra a repressão

LISBOA (Do correspondente) — Nas ultimas semanas agravou-se ainda mais a situação dos prisioneiros politicos. Não é apenas o regime dos presidios que se torna cada vez mais duro em obediencia a ordens emanadas do Ministério do Interior. Acossada pelo mêdo e pelo desespero, a PIDE voltou a impôr a tortura como norma, recorrendo a ela de modo sistemático. Os suplicios infligidos aos patriotas que caem nas suas garras são constantes, só encontrando paralelo nas violencias cometidas pela sinistra corporação na época anterior ao fim da ultima guerra mundial. E como se isso não bastasse, a PIDE vem procurando levantar uma cortina de silencio em torno das suas vitimas. A incomunicabilidade, torna-se moeda corrente. O resultado é que as familias dos presos, privadas de contatos e noticias, vivem momentos de grande angustia, ignorando inclusive o seu paradeiro.

Um dos casos mais expressivos é o de Antonio Dias Lourenço, membro do Secretariado da Comissão Politica do Comitê Central do Partido Comunista Português. Mantido em regime de incomunicabilidade há mais de seis meses, sabe-se apenas que permanece vivo porque companheiros de cativeiro, em certas noites, têm ouvido a sua voz, através das paredes do Aljube, durante as prolongadas sessões de tortura a que é submetido.

Nada se sabe tambem acerca da sorte de Joaquim Gonçalves e de sua mulher, Maria Luisa da Silva, presos há mais de sete meses pela PIDE. A familia tem procurado visitá-los, mas sem exito. Uma pessoa que insistiu com mais energia por informações concretas acabou por ser presa. De outro lado, tôda a correspondencia que lhes é enviada vem devolvida com a seguinte indicação dos Correios: "A Policia diz que estas pessoas não se encontram lá". Aumentam, assim, os receios de que Joaquim Gonçalves e sua mulher tenham sido assassinados.

Um dos ultimos presos espancado foi o dr. Flausino Torres. Apesar dos seus 56 anos e de ser pessoa de compleição débil, submeteram-no a interrogatórios que se prolongaram ininterruptamente por 130 horas. No final, foi submetido à tortura pelos chefes de brigada Tinoco e Mortágua.

Nas garras da PIDE encontram-se tambem, novamente, os jovens Ferreira Alves, Francisco Cordeiro, Constante Pereira e Seixas, que haviam sido absolvidos no processo do Porto.

A SITUAÇÃO EM CAXIAS

Um dos presidios onde a situação piorou muito é o de Caxias, mercê sobretudo da ação do seu diretor, o conhecido esbirro Gomes da Silva. Recentemente, as prêsas Maria Alda Nogueira, Fernanda Tomaz, Ivone Dias Lourenço, Maria Eugénia Varela Gomes e Albertina Diogo foram mantidas no "segredo" durante vários dias, e privadas de visitas, por terem protestado contra o tratamento desumano que lhes vinha sendo infligido. Por outro lado, o diretor, ao tomar conhecimento das manifestações de alegria dos presos em face da realização da Conferencia da Anistia, em Paris, castigou-os com a supressão de visitas e a privação de lanches e jornais. Outra prepotencia do "inspetor" Gomes da Silva foi a prisão de cinco mulheres das familias dos presos, na sequencia de uma discussão travada acerca das humilhantes condições do regime de visitas.

VIDAS EM PERIGO

Entre os prêsos cujas vidas correm perigo neste momento contam-se os seguintes: Orlando Verdial — Adelino Pereira da Silva — Gilberto de Jesus Ferreira — Ermelinda Maria — Joaquim Gonçalves — Maria Luisa da Silva — dr. Flausino Torres — Nikias Skapinakis — dr. Humberto Lopes — José Hipólito dos Santos e Antonio Dias Lourenço.

TARRAFAL

Em todo o País, e principalmente entre as familias dos presos, lavra grande indignação por motivo da reabertura do Tarrafal. Uma comissão de familiares de patriotas encarcerados em Caxias e Peniche avistou-se já duas vezes com o secretario do ministro da Justiça, mas sem quaisquer resultados. Existe o receio generalizado de que de um momento para o outro, siga a primeira leva de patriotas para o "Campo da Morte Lenta".

TRANSFERENCIA DE PRESOS

A PIDE acaba de transferir para Peniche, onde são mantidos sob vigilancia especial, os patriotas Pires Jorge, Otavio Pato e Julio Martins.

NO BATALHÃO DE PENAMACOR

No chamado Batalhão Disciplinar de Penamacor encontram-se presentemente os seguintes presos politicos: — João Moreira Cabral, bacharel em Direito; Antonio Barbosa Adelino da Silva, médico; Joaquim Lourenço Andrade, desenhador Humberto Duarte Belo, engenheiro; Alvaro Freitas Nuno, estudante; e José Antonio Gabriel Pinho, operario.

Portugueses democratas do Canadá manifestaram o seu apoio à Conferência de Paris.

Operarios e camponeses intensificam a luta

LISBOA (Do Correspondente) — Durante o mês de março prosseguiram em todo o País as lutas travadas por operários e camponeses contra a exploração e o desemprego.

No Alentejo tiveram prosseguimento as concentrações contra o desemprego. Em mais de uma dezena de concelhos houve marchas da fome em que os operários agricolas exigiram das autoridades e dos latifundiários trabalho e pão. Em Évora, em Alcacer do Sal, no Escoural, no Lavre, repetiram-se as concentrações de protesto iniciadas em janeiro. Em Pias, foi alcançada uma importante vitória em defesa da jornada de oito horas: mais de 100 trabalhadores abandonaram uma empreitada que haviam tomado, devido ao proprietario não querer respeitar esse horário. O movimento teve o carater de manifestação de solidariedade a outros trabalhadores da povoação que comandam a luta pela jornada de 8 horas. No Couço, 30 mulheres de um rancho de 80 abandonaram tambem o trabalho em defesa da jornada de 8 horas. Em Benavila dezenas de camponeses sem terra travaram uma luta vitoriosa pelo aumento dos salarios.

NOS TELEFONES

Em fins de janeiro centenas de trabalhadores dos Telefones, em Lisboa, organizaram nova concentração na sede do Sindicato prosseguindo na luta pelo aumento salarial. Pela primeira vez, foram debatidas publicamente no Sindicato as ilegalidades da direção da Companhia, por falta de cumprimento das cláusulas do contrato coletivo. A assembleia decidiu pôr uma ação no tribunal, exigindo consideráveis indenizações.

OUTRAS LUTAS

Na Sociedade Abel Pereira da Fonseca foi alcançada uma vitória significativa quando todo o pessoal dos armazens paralizou o trabalho em solidariedade a 30 operários que haviam sido suspensos por terem espancado um encarregado que os perseguia. A direção, depois de recorrer à Policia, recuou, anulando a suspensão.

Na Trefilaria de Sacavém tambem se realizou um movimento vitorioso, motivado pela tentativa de imposição de um novo horário lesivo aos interesses dos trabalhadores. Na Carris, por outro lado, prosseguem as lutas reivindicatórias iniciadas há meses.

UMA VITIMA DO FASCISMO MARIA LUISA DIAS SOARES

No drama colectivo do povo português, marcado por 36 anos de fascismo, são incontáveis os dramas individuais decorrentes da própria natureza do regime. O caso de Maria Luisa da Costa Dias Soares é um entre muitos. Se o trazemos hoje às colunas de PORTUGAL DEMOCRÁTICO não é tanto pelo que nêle há de pungente, mas principalmente porque o seu último capítulo está ainda por escrever e, aceitando o desafio da PIDE, podemos ser nós os seus autores, nós os democratas portugueses do Brasil e, conosco, homens livres dêste e doutros países para quem a fraternidade e a solidariedade humanas representam algo mais do que palavras.

A história de Maria Luisa da Costa Soares só principia a tornar-se dramática em 1958. Até então era uma médica portuguesa, devotada, como tantas outras, à profissão e à família. Nesse ano foi prêsa em 5 de dezembro, por haver decidido acompanhar na clandestinidade o marido, dr. Pedro dos Santos Soares, um patriota perseguido pela PIDE Esperou dois anos pelo julgamento O Tribunal, finalmente, condenou-a em dois anos de prisão correcional Normalmente, deveria ter sido posta em liberdade. Mas não foi. A Justiça salazarista decidiu aplicar lhe "medidas de segurança", o eufemismo que esconde a pena de prisão perpétua.

A doença crônica, de diagnóstico indeterminado, de que sofria antes de ser detida piorara, entretanto muito com a reclusão e com o tratamento a que fôra sujeita. Em agosto de 1959 foi internada num hospital. Mas como o marido tivesse, na altura, fugido do Forte de Peniche, a PIDE voltou a encarcerá-la em Caxias, embora o seu estado de saúde continuasse a inspirar sérios cuidados no hospital diante da impossibilidade de um diagnóstico preciso. Como em Caxias não havia nenhumas condições para o estudo do seu complexo caso clínico, o seu estado agravou-se bastante, exigindo uma intervenção cirúrgica de urgência. Os protestos constantes da família foram, posteriormente, atendidos em parte, consentindo a PIDE em novo internamento hospitalar, desde que as despesas do mesmo corressem por conta dos amigos e familiares.

O estado de debilidade física de MariaLuisa da Costa Soares atingira então proporções alarmantes tendo-se-lhe revelado uma degenerescência quística numa das glandulas mamárias. Nem por isso a PIDE deixou de lhe infligir sofrimentos permanentes. Noite e dia dois agentes vigiavam-na, um dentro do quarto, e outro à porta, importunando quem entrava. Ao menor pretexto os dois esbirros — um dêles mulher — insultavam a doente, ameaçando-a com o regresso a Caxias. As coisas chegaram a tal ponto que Maria Luisa Soares, apesar do seu estado de fraqueza declarou que faria a greve da fome caso a agente da PIDE permanecesse no quarto e continuasse a injuriá-la juntamente com o seu colega. Como o escândalo no Hospital fôsse grande em face de a doente ter rejeitado todos os alimentos durante dois dias, as autoridades recuaram. A agente passou, então, a fazer companhia ao companheiro, à porta do quarto. A comédia da "fiscalização" tornou-se porém mais insuportável. Salvo o cirurgião ninguém podia entrar sem sofrer vexames, inclusive os médicos assistentes. No próprio dia marcado para a operação, o assistente que preparava a doente para a intervenção foi insultado pelos agentes da PIDE e forçado a sair do quarto.

Maria Luisa Dias Soares ficou entre a vida e a morte durante alguns dias. Na operação — a que assistiu uma agente da PIDE — foi-lhe extraida a quase totalidade de uma glandula mamária. Embora as transfusões de sangue fossem constantes e a necessidade da alimentação com sôro se prolongasse, a PIDE insistiu logo pela imediata transferência para Caxias. A tenaz oposição dos médicos não pôde impedir que, decorridos escassos dias, a ordem fosse cumprida. Incapaz de se manter de pé, a corajosa médica nem sequer foi autorizada a seguir de ambulancia, pois a PIDE não queria "escandalos em Caxias", que chamassem a atenção.

Produziu-se, depois, o inevitável. O sistema nervoso da doente principiou a acusar as consequências das dramáticas condições de vida do presidio. O esgotamento foi-se acentuando, dia a dia. Maria Luisa Dias Soares não podia ouvir os menores ruídos, perdeu a possibilidade de se concentrar, passou a sofrer de perturbações de equilíbrio e de amnésia. Mais tarde, já com 20 quilos perdidos, até os movimentos exigidos pela escrita se lhe tornaram impossíveis. Nos últimos três meses de Caxias não conseguiu nunca se erguer da sua cama de prisioneira.

A PIDE, entretanto, respondia com evasivas a todas as diligências da família exigindo o internamento. Um dos requerimentos recebeu como resposta que a doente só seria internada se "O MARIDO SE ENTREGASSE À POLICIA". A família foi até ao presidente da Republica, exigiu uma junta médica. Oito meses depois, atendida essa pretensão, os médicos diagnosticaram uma "astenia grave do cativeiro" e declararam por escrito que a sua colega, não sendo posta imediatamente em liberdade não teria salvação possível. Amedrontada com a perspectiva do escandalo, a PIDE decidiu-se então a transigir. Mesmo assim, como remate, exigiu a caução de 50.000 escudos (mais de um milhão de cruzeiros) antes de conceder liberdade condicionada à sua vítima.

O drama individual de Maria Luisa da Costa Soares está, contudo, longe de chegar ao fim. Por imposição da PIDE não pode deslocar-se da sua residência sem autorização expressa da Policia. De outro lado, é-lhe exigida a comparencia na sede da PIDE no final de cada mês. Não o podendo fazer por incapacidade física, a presença é substituida por um atestado médico. E o panorama é êsse por cinco anos.

Maria Luisa da Costa Dias Soares, com 1,62 de altura, pesa presentemente 37 quilos. O seu estado continua a ser gravissimo. A pressão psicológica da PIDE, impede, segundo os médicos, que o tratamento das perturbações do sistema diencefalo-hipofisário, faça progressos. Nas atuais condições não há qualquer possibilidade de cura. O parecer médico é peremptório. Maria Luisa Dias Soares deve procurar tratar-se fóra do País.

Uma história pungente, como se verifica. Mas inacabada. Não é uma vítima qualquer que se trata de arrancar das garras da PIDE. O caso de Maria Luisa da Costa Dias Soares tem o valor de um símbolo. Ninguém pode permanecer indiferente à sua lenta agonia, sob a vigilância da PIDE. A sua luta desesperada é também a nossa . E' preciso que ela consiga sair de Portugal!

Maria Isabel de Aboim Inglês

(Continuação da pág. 5)

DOIS TELEGRAMAS

A impressão causada entre os democratas portugueses do Brasil pela morte de tão destacada patriota foi, como era de esperar considerável. De São Paulo foi enviado ao diretor do jornal República, sr. Carvalhão Duarte, o seguinte telegrama:

Unidade Democratica Portuguesa, Portugal Democratico e Centro Republicano Português, em representação de democratas portugueses do Brasil, pedem a vexa, o favor de transmitir à família de Maria Isabel Aboim Inglês a expressão daprofunda dôr que lhes causou a perda da nobre figura de combatente da democracia que tão exemplarmente soube ser ao longo de toda a sua vida aquela inesquecivel patriota. Rogamos também a vexa que leve esta mensagem ao conhecimento de Carlos Aboim Inglês, encarcerado na fortaleza de Caxias por ter ao seu país e à liberdade humana o mesmo entranhado amor de sua mãe, informando-o de que não descansamos na luta pela sua libertação e de todos os patriotas presos, saudações democraticas.

Unidade Democratica Portuguesa, Portugal Democratico, Centro Republicano Português.

Os profs. Ruy Luiz Gomes e José Morgado enviaram do Recife, também ao diretor da "Republica" o seguinte telegrama:

Profundamente emocionados com o falecimento da grande democrata doutora Maria Isabel de Aboim Inglês, extraordinario exemplo de dedicação ao povo português, associamo-nos por intermédio do jornal "República" a tôdas homenagens sua memória e pedimos transmita a seu filho, Carlos Aboim, nosso comovido abraço de certeza na vitória.

Pelos democratas portugueses do Recife — Ruy Gomes e José Morgado.

PORTUGAL EM NUMEROS

Prosseguimos neste número a publicação do importante relatório sobre a situação em Portugal, apresentado em dezembro passado à Conferência da Amnistia, realizada em Paris. Embora certos elementos estatísticos sejam familiares a qualquer português, continuamos a respeitar o critério anteriormente adoptado, transcrevendo o documento na integra para não lhe quebrarmos a unidade.

DADOS ESTATÍSTICOS

Superfície: 92.200 km2.
População em 1960: 9.200.000 habitantes; densidade: 100 pessoas por km2.

Repartição da população por atividades produtivas:

Agricultura	49% da população
Indústria	28% da população
Serviços	23% da população

A população ativa e a repartição da propriedade:

	habitantes	
Patrões	241.661	7,6%
Proprietários sem pessoal permanente	438.851	13,7%
Assalariados	1.590.084	49,8%
Empregados	705.170	21,5%
Outros	215.746	7,4%

A população ativa e a repartição da propriedade na agricultura

Provincias portuguesas	Patrões	Trabalhadores permanentes	Trabalhadores salariais
Minho	13%	51%	36%
Douro Litoral	14%	42%	44%
Estremadura	10%	22%	68%
Ribatejo	7%	15%	78%
Baixo Alentejo	5%	11%	84%
Alto Alentejo	4%	7%	89%

CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE

em 1960:

AGRICULTURA

— 94,9% das propriedades portuguesas têm menos de 10 hectáres e representam apenas 28,7% de todas as terras cultivadas.
— 0,3% das propriedades têm mais de 200 hectares representando 39% da totalidade de terras cultivadas.

INDUSTRIA E CAPITAL FINANCEIRO

11 grandes empresas dominam a vida do país
Uma das grandes emprêsas, a C.U.F. é o grupo monopolista mais importante da Peninsula Ibérica. O capital dêste grupo, inteiramente dominado por uma familia, atinge 250 milhões de dólares, uma soma equivalente ao orçamento anual do Estado.
— 24 das maiores empresas que englobam os 9 bancos mais importantes realizaram lucros que ultrapassam 1/6 do orçamento do Estado.
— em 1960, 6 bancos, num total de 26, possuiam 80% do ativo do sistema bancário português.

Outros exemplos:
Cimentos — uma empresa controla 62% da produção total
Algodão — 16% do numero de empresas possuem 70% dos materiais a tecer
Cerâmica — 2 empresas controlam 66% da produção total

Rendimento total em relação a outros países
Portugal tem o rendimento nacional mais baixo da Europa.
Os companheiros tradicionais da miséria de Portugal na Europa eram a Turquia, a Grécia e a Espanha que tinham aproximadamente o mesmo rendimento "per capita". Pelos cálculos organizados pela revista belga "Cadernos Económicos de Bruxelas", em abril de 1962, esta situação modificou-se profundamente nos últimos tempos em detrimento de Portugal.
Em 1961, os seus rendimentos "per capita" ultrapassavam os de Portugal em:

Espanha	42%
Grécia	46%
Turquia	36%

Rendimento Nacional
em 1960: 200 dólares por habitante e por ano
Participação no rendimento nacional
dos diversos ramos de atividades produtivas:

Agricultura	23	dolares por mês e por habitante ativo
Industria	54	dólares " " " " " "
Serviços	51	dólares " " " " " "

Aumento anual do rendimento nacional
Taxa anual de aumento por habitante:

Grécia	5,1%
Espanha	4,7%
Portugal	2,7%

Rendimento nacional — Repartição — Lucros
em 1959:
— Taxa média dos lucros dos bancos portugueses, em relação ao capital 26%
— Taxa média dos lucros das 100 empresas mais poderosas 19%

Rendimento nacional — Repartição — Salarios
em 1960:
Operários Industriais:

Salário médio por dia	0,9	dólares
Dias de trabalho por ano, em média	280	
— Salário médio mensal	22	dólares

Operários Agrícolas:

Salário médio por dia	0,7	dólares
(para as mulheres	0,4	dólares)
Dias de Trabalho por ano, em média (cálculo aproximado)	240	
Salário médio mensal	12	dólares

Preço de venda ao consumidor
em 1960:

carne, 1kg	0,1	dólar
pão, 1kg	0,1	dólar
batatas 1kg	0,1	dólar

Consumo dos Generos Principais
em 1960:
Por habitante e por dia:

Carne	5	centigramas
Peixe	6	"
Manteiga	1	grama
Leite	7	centilitros
Ovos	0,009	
Frutos secos e naturais	2	decigramas

Proteinas — 73,3 — sendo 27,2 de origem animal. (A F.A.O. considera que o minimo vital necessário é de 30 gramas diárias de proteinas animais).

Calorias Consumidas
em 1960, por habitante e por dia:

França	2.950	calorias
Grécia	2.860	"
Espanha	2.550	"
Portugal	2.410	"

Segurança no Trabalho
Em 1956, houve 400.000 acidentes de trabalho (ou seja 1 acidente por cada 4 operários) dos quais 500 mortais.

Rendimento nacional: Evolução da produção agricola
Valor da produção por habitante ativo na agricultura:

1938	246	dólares
1948	253	"
1958	303	"
1959	203	"
1960	216	"
1961	213	"

Crédito à Agricultura
Em 1961
Pelo Banco de Fomento

Total de créditos	9.976.000	dólares
para a agricultura	226.000	"

Pela Caixa Geral de Depósitos

Total de créditos fornecidos às entidades privadas	7.740.000	dólares
Para a agricultura	6.600	"

Repartição do Rendimento Nacional

Para os póssuidores do capital	61% do rendimento nacional
Para os trabalhadores	39% " " "

Evolução da Repartição do Rendimento Nacional
— De 1947 a 1956 o produto nacional bruto aumentou 42%. O salário dos trabalhadores industriais aumentou 13% e o dos trabalhadores agricolas baixou 3%.
— Em 1952, o banco principal do país "Banco Nacional Ultramarino" teve 7.700.000 dólares de lucros liquidos e gastou com todos os seus empregados 2.600.000 dólares, ou seja 35% dos lucros.
— Em 1961, os seus lucros iliquidos atingiam a soma de 21 milhões de dólares e as despesas com todo o seu pessoal a soma de 6.250.000 de dólares, ou seja 30%.

Capital Estrangeiro
— 75% do capital investido está direta ou indiretamente ligado ao capital monopolista estrangeiro.

Industrialização
Em 1960:
Consumo de energia por habitante e por ano, por toneladas de carvão:

Polonia	3,0
Países-Baixos	2,7
Espanha	0,8
Portugal	0,4

— Consumo de aço por habitante e por ano, em kg.:

Países-Baixos	238
Polonia	195
Espanha	70
Portugal	41

Balança Comercial
Em 1960:

Total das exportações	321 milhões de dólares
Total das importações	525 milhões " "
"Deficit"	213 milhões " "

ou seja o equivalente a mais de 50% de despesas do Orçamento do Estado.

Em 1960:
Principais exportações

Texteis	21%
Conservas de peixe	11%

Principais importações

Máquinas industriais	9%
Ferro e aço	9%
Algodão Bruto	7%

Em 1960:
Cerca de 60% do comércio exterior destinava-se aos países do Mercado Comum.
Orçamento do Estado:
Receitas
Em 1960:
Os impostos indiretos representavam mais de 40% da receita normal do Estado.
— O imposto sobre a "aplicação de capitais" representava 2,4% dessas receitas.

Orçamento de Estado:
Despesas
Em 1960:
As despesas feitas unicamente com os serviços de Defesa eram 3,5 vezes superiores às do "Ministerio da Educação Nacional" e 5 vezes superiores às do "Ministério da Saúde e Assistencia".

Emigração:
Em 1960:
32.318 emigrantes, pouco mais ou menos 30% do saldo demográfico.
Idade da maioria: 15 a 19 anos.

«Resistência em Portugal»

"Resistência em Portugal" continua a alcançar merecido êxito em todos os núcleos de emigração portuguesa espalhados pelo Mundo. A importancia da obra que, como denuncia e libelo, constitui documento de particular significado no panorama da literatura politica anti-fascista portuguesa, tornava-a, entretanto, credora das atenções de um público mais vasto. E, felizmente, é o que se está verificando, pois chega-nos a noticia de que o seu lançamento em várias línguas européias está marcado para breve. Pela primeira vez, "Resistência em Portugal" aparecerá com o nome do seu autor: o grande patriota José Dias Coelho, assassinado pela PIDE em dezembro de 1961. É oportuno salientar que, apesar das precauções e avisos da Policia, um numeroso grupo de amigos de José Dias Coelho realizou uma romagem de saudade ao cemitério onde se encontra sepultado, na data do aniversário da sua morte.

José Dias Coelho

Natal do preso politico

Como em anos anteriores, PORTUGAL DEMOCRATICO remeteu aos diretores da "República" o produto da subscrição realizada no Brasil a favor do Natal do Preso Político. Comunicando o recebimento da carta e de um cheque de 5.000$00 (Cr$ 110.000,00), o sr. Carvalhão Duarte escreve ao nosso diretor:

Presadissimo correlegionário: Recebi em devido tempo a carta que fêz o favor de me endereçar com data de 19 do mês passado, e que muito agradeço. Também já estamos de posse da importancia de Esc. 5.000$00 que nos mandaram, para a famílias dos presos políticos.

Pela ajuda valiosa que trouxeram ao nosso apêlo do Natal e que aos presos políticos se destina, também, aqui lhe deixo o melhor do meu reconhecimento.

Com vivas saudações creia-me sempre, correligionário muito grato e amigo.

a) Carvalhão Duarte

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSAVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Praça 11 de Junho, 356 — Telefone: 43-5110

REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Av. Dantas Barreto, 564 - 9.º sala 908
CURITIBA — A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67
LONDRINA: Julio Duarte — Caixa Postal 1.229
FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge Av. Visconde de Cauipe, 2.853 Fortaleza — Ceará
BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)
PELOTAS. Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 — Pelotas Rio Grande do Sul
SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).
INGLATERRA: Grupo de Portuguêses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.
CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguêsa — Apartado 8287 — Caracas
ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires
URUGUAI — Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.o 2.128 Distrito 5 - Montevideu
CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovnú Urada — Jiridrisská, 15 — Schránká 646 — Praha —
UNIÃO SUL AFRICANA: J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr$ 20,00
Assinatura anual: Cr$ 600,00
Ass. p/ o Exterior: US $ 5.00 porte aéreo

Ano VIII - N.o 70 - Abril - 1963

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

BRASILEIROS CONTRA TARRAFAL

Durante o passado mês de Março, assumiu, em todo o Brasil, grandes proporções a campanha de protesto contra a reabertura do Tarrafal pelo govêrno fascista de Salazar. Na impossibilidade de reproduzir todos os artigos, comentários e tópicos consagrados ao problema nas colunas da imprensa brasileira, limitamo-nos a transcrever apenas três documentos que, pela sua natureza, reflectem bem a posição da opinião pública brasileira diante do novo crime contra a Humanidade praticado pelo fascismo português: a carta-apêlo dos intelectuais brasileiros ao secretário-geral das Nações Unidas pedindo a sua intervenção no sentido do encerramento do Tarrafal, a petição endereçada pelos líderes sindicais paulistas ao presidente da Republica do Brasil, solicitando os seus bons ofícios com vista a identico objetivo e a moção dos Trabalhadores da Guanabara. Dos numerosos artigos vindos a público sobre o candente tema, publicamos apenas uma passagem, bem expressiva, de um trabalho de Geraldo Ferraz, inserto no Suplemento Literário da "Tribuna" de Santos.

INTELECTUAIS DIRIGEM-SE ÀS NAÇÕES UNIDAS

É do seguinte teor o apêlo que foi enviado ao sr. U Thant, secretário geral das Nações Unidas, por escritores, politicos, jornalistas e juristas do Brasil:

Excelência:

Foi com profunda emoção que a opinião publica brasileira tomou conhecimento da reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal, situado na colônia portuguêsa de Cabo Verde. O recente internamento ali de 100 nacionalistas angolanos e guineenses, desembarcados do navio português "Africa Ocidental", veio confirmar as repetidas denuncias dos democratas portugueses de que o governo de Lisboa realizava importantes obras naquele campo de horrores, fechado em 1957 sob pressão da opinião publica mundial, na sequencia de campanhas de protesto que atingiram proporções muito consideráveis por ser o Tarrafal o ultimo vestigio dos campos de exterminio tristemente celebrizados pelo nazi-fascismo.

Dispensamo-nos de enumerar a V. Execelência a longa série de monstruosos crimes que assinalam do modo mais trágico a história do Tarrafal. Não é para as antigas vitimas — cujas ossadas se amontoam no cemitério de uma pequena ilha tropical — que nos voltamos. O que nos preocupa sobremaneira neste momento é a sorte de milhares de patriotas ameaçados do mesmo fim — a morte, provocada deliberadamente pelo terror policial cientificamente organizado.

A reabertura do Tarrafal é, sem a menor dúvida, um ato que configura a prática de um crime contra a Humanidade. É, portanto, invocando os principios consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, e à margem de qualquer opção de natureza politica, que nos permitimos chamar a atenção de V. Excelencia para a flagrante violação dos mencionados principios por parte do governo português, signatário da Carta das Nações Unidas e membro da Organização.

O encerramento definitivo do Tarrafal é uma exigencia da consciencia democratica da Humanidade. V. Excelencia, no uso das atribuições inerentes ao seu alto cargo, e porque se trata de um CRIME CONTRA A HUMANIDADE, encontra-se, melhor do que ninguem, em condições de promover as diligencias indispensáveis à consecução desse objetivo. É o que os signatários, interpretando o sentimento da opinião pública brasileira, indignada com a reabertura do Tarrafal, esperam do Secretário Geral das Nações Unidas, como defensor da Paz e da Harmonia entre os Povos.

Brasil, Fevereiro de 1963

Entre muitas outras, assinaram o documento as seguintes personalidades:

Alvaro Lins — ex-embaixador do Brasil em Lisboa; Helena Silveira, presidente da União Brasileira de Escritores; Jamil Almansur Hadad, professor catedrático e escritor; Ligia Fagundes Teles, escritora; Evaldo Dantas Pinto, deputado federal; Paulo de Tarso, deputado federal; Lupe Cotrim Garaude, escritora; José Reis, jornalista; Nabor Caires de Brito, diretor do jornal "Correio Paulistano"; Germinal Feijó, deputado estadual; Paulo Mendes de Almeida, escritor; Rogê Ferreira, presidente do diretório do Partido Socialista Brasileiro (secção São Paulo); Carlos Figueiredo Sá, desembargador do T.R.T.; Dolores de Mello Vassão, secretaria da Comissão Coordenadora Pró-Anistia dos Presos e Exilados Politicos Portugueses e Espanhóis; Marcus Pereira, jornalista; João Guilherme Oliveira, diretor da Caixa Economica Federal; Leo Ribeiro de Morais, diretor do Instituto dos Arquitetos; Mario Mazzei Guimarães, jornalista; Braulio Pedroso, jornalista; Rubens Paiva, deputado federal; C. Ianni, jornalista; Edison Rodrigues Chaves, secretario de redação do jornal "Ultima Hora", Ênio da Silveira escritor; Eneida, escritora e jornalista; Austragildo Pereira, escritor; Guilherme de Figueiredo, escritor; Di Cavalcanti pintor; Valcidio Jurandir, escritor.

MANIFESTAM-SE OS SINDICATOS

A reação da classe operária brasileira contra a reabertura do "campo da morte lenta" traduziu-se pelo envio ao chefe do Executivo brasileiro do seguinte documento:

Excelentíssimo Senhor
Doutor João Belchior Marques Goulart

Dignissimo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil
BRASILIA

Não desconhece Vossa Excelencia, certamente, a emoção que causou junto da opinião pública brasileira a recente reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal pelo governo português. Uma das primeiras manifestações de repúdio ao gesto criminoso das autoridades lusas foi o envio de um apelo — assinado por deputados, juristas, escritores e jornalistas brasileiros — ao Secretário Geral das Nações Unidas, solicitando a sua intervenção no sentido do encerramento definitivo do Tarrafal, cuja reabertura é, com razão, denunciada como CRIME CONTRA A HUMANIDADE.

Não menos viva foi a reação despertada pela "iniciativa" do governo de Lisboa no seio das classes trabalhadoras do Brasil. Cumprimos um dever informando Vossa Excelencia de que as organizações de massa do País consideram sua obrigação indeclinavel emprestar neste momento a mais irrestrita solidariedade aos milhares de patriotas portuguêses, angolanos e guineenses ameaçados de deportação para o Tarrafal. É, aliás, no intuito de traduzir o sentimento de profunda indignação que lavra entre o operariado nacional em face da reabertura do Tarrafal que vimos solicitar de Vossa Excelencia se digne, pessoalmente, ou por intermédio do Itamarati, intervir junto do governo do dr. Oliveira Salazar, de modo a que a alta influencia de Vossa Excelencia contribua para o encerramento definitivo do chamado "campo da morte lenta", ultimo vestigio dos locais de exterminio cientifico celebrizados pelo nazi-fascismo.

Certos de que Vossa Excelencia, como interprete que é dos sentimentos democráticos da Nação Brasileira, não deixará de atender o nosso apêlo, aproveitamos o ensejo para apresentar com os nossos respeitosos cumprimentos os protestos da mais elevada consideração.

Entre outras assinaram o documento as seguintes entidades sindicais de São Paulo, que englobam centenas de milhares de trabalhadores: João Louzada, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção Civil; Remo Forli, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalurgicas; Rocha Mendes Filho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Gráficas; Pedro Francisco Iovine, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancarios; Presidente da Federação dos Bancários; Sindicato dos Trab. Ind. Fiação e Tecelagem; Heitor Mendes, Presidente do Sindicato dos Trab. de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça; Presidente do Sindicato dos Propagandistas de Produtos Farmaceuticos; Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Ind. de Fiação e Tecelagem; Sindicato dos Condutores Autonomos de Veiculos Rodoviários da Zona Norte, Leste e Sul do Est. de S.P.; Thimoteo Spinola, Pres. do Sindicato dos Trab. em Empresas de Carris Urbanos de São Paulo.

Do Estado da Guanabara assinaram:

União do Estado da Guanabara, Hercules Correia dos Reis, Deputado e pres. do Sind. dos Têxteis; José Almeida Barreto, Pres. da Federação Inter-Estadual dos Trabalhadores Estabelecimentos de Ensino; Carlos Alberto da Costa Pinto, representante da Federação Nacional dos Jornalistas; Osvaldo Pacheco Silva, representante da Federação Nacional dos Estivadores; Paulo de Melo Bastos, da Federação Nacional dos Trab. em Transportes Aéreos; Humberto Campbell, Presidente do Sind. dos Bancários; Afonso Taylor da Cunha Melo, representante da Associação Médica do Est. da Guanabara; Carlos Taylor, Presidente da União Nacional dos Trab. em Serviços Publicos; Manuel Gerônimo Dias, representante da União dos Portuários do Brasil; Aureo Nunes, do Cons. Fiscal do Sindicato dos Metalurgicos.

MOÇÃO DOS TRABALHADORES DA GUANABARA

Durante os trabalhos da I Conferencia dos Trabalhadores do Estado da Guanabara, o plenário aprovou por unanimidade a seguinte moção:

"Em face da reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal e dos protestos surgidos de vários setores da opinião publica brasileira, expressos nas mais diversas formas de repúdio a êsse crime contra a Humanidade, não podiam os trabalhadores da Guanabara deixar de protestar através dos seus representantes e levar ao conhecimento da Embaixada de Portugal no Brasil a sua mais viva condenação por esse fato. Por outro lado, desejam manifestar publicamente a sua solidariedade aos patriotas portugueses, angolanos e guineenses na luta heroica pela libertação dos seus respectivos povos e pela extinção definitiva desse campo de morte."

O documento foi assinado pela mesa que presidia aos trabalhos, constituída por Jaime da Silva Correia, Roberto Morena, Humberto Campbell, Carlos Alberto da Costa Pinto e José de Almeida Barreto.

O PROTESTO DE UM ESCRITOR

De um artigo de Geraldo Ferraz, publicado no Suplemento Literario de "A Tribuna", de Santos, transcrevemos:

"Opõe-se que eu continue sem citar aqui a informação que doutras fontes recebo, tambem, de que o governo de Salazar mandou reabrir o campo de concentração de Tarrafal, o chamado "Campo da Morte Lenta", onde tantas vidas se perderam nas mãos dos algozes que servem à execrável ditadura que se quer perpetuar num dos mais belos trechos da civilizada Europa... Como se não bastasse a presença desgraçada de Francisco Franco sobre a Espanha! Tarrafal existe e Tarrafal foi reaberto! A onda dos crimes contra os que sonham na libertação de Portugal continua, portanto, nesse trecho de martirio. Ouviram já falar de Tarrafal? É na ilha de Santiago, do arquipélago de Cabo Verde, que se instala esse pequeno trecho concentracionário, num retângulo de arame farpado o campo (200 metros de comprimento por 150 de largo) encravado numa planície que o mar limita pelo poente e uma cadeia de montes por norte, sul e nascente. Fica a três km da vila de Tarrafal — ali o clima é hostil aos próprios nativos que definham levados pelas sezões. Ali foram colocados a partir de 1936 cerca de trezentos presos... Agora, depois do martirológio que afinal chegou a tocar a pedra da consciência do governo ditatorial, ao mandar fechar esse "Campo da Morte Lenta", informa-se que foi reaberto o lugar de execução de tantos portugueses que cometem o crime de pensar contra Salazar e a sua impunidade diante da opinião pública internacional."

O GEN. DELGADO E O PROF. RUY GOMES DIRIGEM-SE A OPINIÃO MUNDIAL

Os democratas portugueses do Brasil foram, como é logico, os primeiros a reagir ao gesto do fascismo reabrindo o Tarrafal. A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, alem de dar particular relevo ao assunto no serviço informativo que distribui à imprensa brasileira e internacional, reuniu em separata a série de reportagens que o jornal "Ultima Hora" consagrará à reabertura do "campo da morte lenta". De outro lado, o general Humberto Delgado e o prof. Ruy Luiz Gomes, na qualidade de ex-candidatos à presidencia da Republica Portuguesa dirigiram à opinião publica mundial o apelo que abaixo reproduzimos:

"Exatamente quando os métodos colonialistas do govêrno português são condenados pelo mundo civilizado, provocantemente o governo do dr. Salazar reabre o campo de concentração do Tarrafal, na colonia africana de Cabo Verde.

Na qualidade de democratas portugueses, desejosos de ver respeitados no seu país os Direitos do Homem, não podem os signatários deixar de alertar a opinião pública mundial perante o inconcebível CRIME CONTRA A HUMANIDADE que representa êste novo ato do govêrno fascista que há tantos anos escraviza o Povo Português.

Àquele campo de morte, concebido e organizado nos moldes de extermínio cientifico celebrizados pela Gestapo, já chegou a primeira leva de prisioneiros, constituída por uma centena de nacionalistas angolanos e guineenses. O profundo sentimento de repulsa que este fato causou em Portugal é agravado ao considerar-se iminente o envio, para o Tarrafal, de dezenas de patriotas encarcerados nos presídios salazaristas, apenas por delitos de opinião.

Visto que o Povo Português não pode manifestar seus sentimentos diante desta nova violação do espirito e principios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, inscrita na Carta das Nações Unidas, pois que lho proibe o hediondo e poderoso aparelho de terror que oprime a Nação há trinta e seis anos, cabe aos asilados a inevitável obrigação de fazer ouvir sua voz no Exterior. Eis o que fazemos através deste apêlo.

Encarnando o justo sentimento de revolta da opinião pública portuguesa, os signatarios dirigem-se à consciência de todos os homens livres do mundo, exortando-os a manifestarem por tôdas as formas ao seu alcance o profundo protesto contra êste novo crime de lesa humanidade. É o momento de o pêso invencivel da opinião pública universal forçar o ditador português a recuar na execução deste novo crime que se insere na tradição do genocídio nazi-fascista, e de que o Tarrafal foi e vai ser um teroz exemplo.

Devemos salientar que no momento em que a humanidade se esforça por resolver seus problemas dentro dos princípios da coexistência pacífica, tentando eliminar de vez o despotismo e o espectro da guerra a simples existência de um campo de horriveis torturas como o do Tarrafal não representará apenas a volta a um triste passado mas grave demonstração de insensibilidade coletiva. E afinal, o que agora tentamos já se obteve em 1957, quando, sob pressão de forte campanha internacional, o dr. Salazar teve que ceder, fechando aquele mesmo campo.

Comovidamente, em nome da Solidariedade Universal, os signatarios pedem que em cada país, cada povoação, cada classe, cada agremiado das fábricas ou dos campos, se ergam vozes altissonantes exigindo o imediato reencerramento desse abominavel campo de Morte, dessa vergonhosa chaga de uma Civilização.

Eis o que esperamos da boa vontade e sentimentos de todos os homens verdadeiramente democráticos e livres. Bem assim, que saberão conduzir suas ações pela forma concreta, dinâmica, adequada à alta e urgente missão que lhes solicitamos.

Brasil, Fevereiro de 1963

A) Humberto Delgado, General
Ruy Luiz Gomes, Professor

Ultima hora

Generais Expulsos do Exercito

LISBOA (Do correspondente) — A vingança de Salazar sobre as altas patentes militares que em Goa se recusaram a cumprir as suas ordens consumou-se finalmente. O Conselho Supremo de Disciplina Militar, obedecendo a instruções do presidente do Conselho determinou a expulsão das Forças Armadas de dois generais, um tenente-coronel, três majores e dois capitães. Os generais afastados são o ex-governador da chamada India Portuguesa, Vassalo e Silva, e o ex-comandante militar de Goa, Martins Leitão. O Conselho aprovou tambem outras sanções, como a passagem para a reserva de um comodoro da Marinha de Guerra — ex-comandante de operações navais do setor — e a permanencia em disponibilidade, durante seis meses, de cinco capitães, dois tenentes, um alferes e um capitão-tenente.

O comunicado do Conselho de Ministros em que se anunciam as sanções não menciona as faltas dos oficiais expulsos ou punidos. Ninguem ignora, entretanto, que o governo reprovou o comportamento do Exercito de Goa por este não ter marchado para o sucidio coletivo em dezembro de 1961.

Nos meios militares a SENTENÇA do Conselho Supremo de Disciplina Militar causou profundo mal estar, acentuando a desunião já existente no seio das Forças Armadas.

Livros anti-salazaristas

EDITÔRA
FELMAN-RÊGO
Av. da Liberdade, 626
1.o - apt. 3 - São Paulo

(Vide Pág. 3)

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191, C.P. 4469 — SP. Brasil
Endereços de Assinantes